

**EMPRESA D. DESENVOLVIMENTO URBANO - MDUR**

CNPJ : 04.763.223/0001-61

Balço Patrimonial em 01/01/2021 a 31/12/2021

Nome	31/12/2020	31/12/2021	Nome	31/12/2020	31/12/2021
ATIVO					
ATIVO CIRCULANTE	24.086.459,80	22.599.148,38	PASSIVO	24.086.459,80	22.599.148,38
DISPONIBILIDADES	14.120.266,93	13.755.168,60	PASSIVO CIRCULANTE	1.012.805,27	1.378.436,15
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.605.759,40	8.388.649,48	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	419.892,14
Banco do Brasil S/A - 9710-1 - Recurso Iluminação Pública	4.605.759,40	8.388.649,48	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	419.892,14
	3.965.345,08	3.419.033,61	I.N.S.S. a Pagar	0,00	419.892,14
Banco do Brasil S/A - 10.103-6 - RP - Custeio	1.089,98	843.658,80	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	0,00	133.340,44
Banco do Brasil S/A - 10.106-0 - RP - Iluminação Pública 2016	639.324,34	4.125.957,07	IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	0,00	133.340,44
DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO			IRRF a Recolher - Pessoa Física	0,00	130.070,60
ADIANTAMENTOS	219.239,67	182.749,78	IRRF a Recolher - Pessoa Jurídica	0,00	993,37
Adiantamento de Férias	219.175,28	182.749,78	INSS Retido s/ Prestação de Serviço a Recolher	0,00	2.276,47
Adiantamento 13º Salário	206.177,99	169.752,49	CONTAS A PAGAR	466,27	0,00
	12.997,29	12.997,29	DEMAIS CONTAS A PAGAR	466,27	0,00
OUTROS CRÉDITOS	64,39	0,00	Desconto Ordem Judicial	466,27	0,00
Multas a Ressarcir	64,39	0,00	PROVISÕES	0,00	67.957,24
ESTOQUES			PROVISÕES TRABALHISTAS	0,00	67.957,24
PARA CONSUMO	9.295.267,86	5.183.769,34	FGTS	0,00	67.957,24
Material de Copa e Cozinha	155.483,01	140.261,69	PARCELAMENTOS	1.012.339,00	757.246,33
Material de Limpeza	1.342,93	1.047,88	PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS	1.012.339,00	757.246,33
Gêneros Alimentícios	19.724,78	11.565,44	Parcelamento de FGTS -Processo	64.339,00	0,00
Material de Processamento de Dados	2.766,30	1.060,00	Parcelamento Previdenciário - 114/2017	42.000,00	36.000,00
Material de Consumo	81.774,36	84.297,20	Parcelamento PGE/RO - Proc. 132/2018	816.000,00	624.046,33
Material de Expediente	22.193,54	20.127,17	Parcelamento Ministério da Fazenda - 081/2017	90.000,00	97.200,00
	27.681,10	22.164,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.994.336,97	1.234.175,24
PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	9.139.784,85	5.043.507,65	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.994.336,97	1.234.175,24
Materiais Elétricos	8.866.903,24	4.920.816,70	PARCELAMENTO DE TRIBUTOS	1.994.336,97	1.234.175,24
Outros Materiais Para Iluminação Pública	161.537,46	11.542,38	INSS	371.773,16	371.773,16
Material de Proteção e Segurança	111.344,15	111.148,57	Parcelamento Demais Entidades	325.988,21	304.898,95
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.966.192,87	8.843.979,78	Parcelamento PGE/RO	1.063.961,57	423.279,52
IMOBILIZADO	9.966.192,87	8.843.979,78	Parcelamento Ministério da Fazenda - 081/2017	232.614,03	134.223,61
BENS E DIREITOS EM USO	5.837.365,63	5.837.365,63	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.079.317,56	19.986.536,99
Móveis e Utensílios	391.013,14	391.013,14			

# EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - IMDUR

Página: 2

CNPJ : 04.763.223/0001-61

Balanco Patrimonial em 01/01/2021 a 31/12/2021

Nome	31/12/2020	31/12/2021	Nome	31/12/2020	31/12/2021
Equipamentos para áudio	30.576,50	30.576,50	CAPITAL		
Veículos	403.766,96	403.766,96	CAPITAL SOCIAL	8.080.894,02	8.080.894,02
Predios	1.796.435,18	1.796.435,18	Capital Social Subscrito	8.080.894,02	8.080.894,02
Terrenos	1.665.894,22	1.665.894,22	RESERVAS	6.366.629,50	6.366.629,50
Equipamentos de Processamento de Dados	1.492.868,04	1.492.868,04	RESERVAS DE LUCROS	6.366.629,50	6.366.629,50
Veículos Automotores modelo motocicleta 0 km	12.980,00	12.980,00	Reserva Legal	318.331,47	318.331,47
Material de Proteção e Segurança	3.895,00	3.895,00	Reserva Estatutária	6.048.298,03	6.048.298,03
Máquinas e Equipamentos	39.936,59	39.936,59			
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(1.663.468,87)	(1.742.405,12)	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	2.678.796,00	2.678.796,00
Móveis e Utensílios	(30.642,84)	(52.161,16)	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	2.678.796,00	2.678.796,00
Equipamento para audio	(23.164,84)	(25.420,36)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.678.796,00	2.678.796,00
Veículos	(566.841,74)	(373.710,11)	LUCROS OU PREJUIZOS ACUMULADOS	3.952.998,04	2.860.217,47
Predios	(610.787,92)	(682.645,32)	PREJUIZOS ACUMULADOS	(5.938.534,70)	(7.031.315,27)
Equipamentos de Processamentos de Dados	(411.030,17)	(583.083,65)	Prejuizos Acumulados	(2.414.533,03)	(2.414.533,03)
Veículos Automotores modelo motocicleta 0 km	(12.980,00)	(12.980,00)	Prejuizo do Exercício Findo	(3.524.001,67)	(4.616.782,24)
Máquinas e Equipamentos	(7.317,03)	(11.310,67)			
Material de Proteção e Segurança	(704,33)	(1.093,85)	RESULTADO DO EXERCÍCIO	9.891.532,74	9.891.532,74
BENS DE USO DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	8.853.614,93	9.072.289,88	Ajustes de Exercícios Anteriores	9.891.532,74	9.891.532,74
Máquinas e Equipamentos	3.123.422,59	3.342.097,54			
Veículos	5.394.919,75	5.394.919,75			
Móveis e Utensílios	242.635,10	242.635,10			
Equipamentos de Comunicação	92.637,49	92.637,49			
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(3.061.318,82)	(4.323.270,61)			
Máquinas e Equipamentos	(552.106,55)	(874.542,83)			
Veículos	(2.443.635,11)	(3.346.396,86)			
Móveis e Utensílios	(39.672,60)	(57.898,88)			
Equipamentos de Comunicação	(25.904,56)	(44.432,04)			

PORTO VELHO/RO, 10 de fevereiro de 2022.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM DE ACORDO COM A LEI 6404/76.**

**1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Destarte insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

**2 – BALANÇO PATRIMONIAL - BP**

Evidencia qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

O Balanço Patrimonial apresenta uma posição estática ao final do exercício financeiro de 2021, está representada de forma resumida neste relatório e analiticamente em anexos explicativos que compõem a prestação de contas da EMDUR.

  
**CLAUDIANE GUERSON N. QUEIROZ**  
CRC: 009157 / R O Contadora – EMDUR

  
**GUSTAVO BELTRAME**  
Diretor Presidente - EMDUR

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

**EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR**  
**BALANÇO PATRIMÔNIO - 2021**

**EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR**

CNPJ : 04.763.223/0001-61

Balanco Patrimonial em 01/01/2021 a 31/12/2021

Nome	31/12/2020	31/12/2021	Nome	31/12/2020	31/12/2021
<b>ATIVO</b>	24.086.459,80	22.599.148,38	<b>PASSIVO</b>	24.086.459,80	22.599.148,38
ATIVO CIRCULANTE	14.120.266,93	13.755.168,60	PASSIVO CIRCULANTE	1.012.805,27	1.378.436,15
DISPONIBILIDADES	4.605.759,40	8.388.649,48	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	0,00	419.892,14
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.605.759,40	8.388.649,48	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	419.892,14
Banco do Brasil S/A - 9710-1 - Recurso Ilumi- nação Pública	3.965.345,08	3.419.033,61	I.N.S.S. a Pagar	0,00	419.892,14
Banco do Brasil S/A - 10.103-6 - RP - Custeio	1.089,98	843.658,80	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	0,00	133.340,44
230a Infcdo do Brasil S/A - 10.106-0 - RP - Ilumina- ção Publica 2016	639.324,34	4.125.957,07	IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	0,00	133.340,44
			IRRF a Recolher - Pessoa Física	0,00	130.070,60
			IRRF a Recolher - Pessoa Jurídica	0,00	993,37
DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	219.239,67	182.749,78	INSS Retido s/ Prestação de Serviço a Recolher	0,00	2.276,47
ADIANTAMENTOS	219.175,28	182.749,78			
Adiantamento de Férias	206.177,99	169.752,49	CONTAS A PAGAR	466,27	0,00
Adiantamento 13º Salario	12.997,29	12.997,29	DEMAIS CONTAS A PAGAR	466,27	0,00
OUTROS CRÉDITOS	64,39	0,00	Desconto Ordem Judicial	466,27	0,00
Multas : Ressarcir	64,39	0,00	PROVISÕES	0,00	67.957,24
			PROVISÕES TRABALHISTAS	0,00	67.957,24
ESTOQUES	9.295.267,86	5.183.769,34	FGTS	0,00	67.957,24
PARA CONSUMO	155.483,01	140.261,69			
Material de Copa e Cozinha	1.342,93	1.047,88	PARCELAMENTOS	1.012.339,00	757.246,33
Material de Limpeza	19.724,78	11.565,44	PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS	1.012.339,00	757.246,33
Gêneros Alimentícios	2.766,30	1.060,00	Parcelamento de FGTS -Processo	64.339,00	0,00
Material de Processamento de Dados	81.774,36	84.297,20	Parcelamento Previdenciário - 114/2017	42.000,00	36.000,00
Material de Consumo	22.193,54	20.127,17	Parcelamento PGE/RO - Proc. 132/2018	816.000,00	624.046,33
Material de Expediente	27.681,10	22.164,00	Parcelamento Ministerio da Fazenda - 081/2017	90.000,00	97.200,00
PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	9.139.784,85	5.043.507,65	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.994.336,97	1.234.175,24
Materiais Elétricos	8.866.903,24	4.920.816,70	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.994.336,97	1.234.175,24
Outros Materiais Para Iluminação Pública	161.537,46	11.542,38	PARCELAMENTO DE TRIBUTOS	1.994.336,97	1.234.175,24
Material de Proteção e Segurança	111.344,15	111.148,57	INSS	371.773,16	371.773,16
			Parcelamento Demais Entidades	325.988,21	304.898,95
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.966.192,87	8.843.979,78	Parcelamento PGE/RO	1.063.961,57	423.279,52
IMOBILIZADO	9.966.192,87	8.843.979,78	Parcelamento Ministerio da Fazenda - 081/2017	232.614,03	134.223,61
BENS E DIREITOS EM USO	5.837.365,63	5.837.365,63			
Móveis e Utensílios	391.013,14	391.013,14	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21.079.317,56	19.986.536,99
<b>Nome</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>Nome</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2021</b>
Equipamentos para áudio	30.576,50	30.576,50	CAPITAL	8.080.894,02	8.080.894,02
Veículos	403.766,96	403.766,96	CAPITAL SOCIAL	8.080.894,02	8.080.894,02
Predios	1.796.435,18	1.796.435,18	Capital Social Subscrito	8.080.894,02	8.080.894,02
Terreros	1.665.894,22	1.665.894,22			
Equipamentos de Processamento de Dados	1.492.868,04	1.492.868,04	RESERVAS	6.366.629,50	6.366.629,50
Veículos Automotores modelo motocicleta 0 km	12.980,00	12.980,00	RESERVAS DE LUCROS	6.366.629,50	6.366.629,50
Material de Proteção e Segurança	3.895,00	3.895,00	Reserva Legal	318.331,47	318.331,47
Maquinas e Equipamentos	39.936,59	39.936,59	Reserva Estatutária	6.048.298,03	6.048.298,03
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(1.663.468,87)	(1.742.405,12)	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	2.678.796,00	2.678.796,00
Móveis e Utensílios	(30.642,84)	(52.161,16)	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	2.678.796,00	2.678.796,00
Equipamento para audio	(23.164,84)	(25.420,36)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.678.796,00	2.678.796,00
Veículos	(566.841,74)	(373.710,11)			
Predios	(610.787,92)	(682.645,32)	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	3.952.998,04	2.860.217,47
Equipamentos de Processamentos de Dados	(411.030,17)	(583.083,65)	PREJUÍZOS ACUMULADOS	(5.938.534,70)	(7.031.315,27)
Veículos Automotores modelo motocicleta 0 km	(12.980,00)	(12.980,00)	Prejuizos Acumulados	(2.414.533,03)	(2.414.533,03)
Máquinas e Equipamentos	(7.317,03)	(11.310,67)	Prejuizo do Exercício Findo	(3.524.001,67)	(4.616.782,24)
Material de Proteção e Segurança	(704,33)	(1.093,85)			

			RESULTADO DO EXERCÍCIO	9.891.532,74	9.891.532,74
BENS DE USO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	8.853.614,93	9.072.289,88	Ajustes de Exercícios Anteriores	9.891.532,74	9.891.532,74
Maquinas e Equipamentos	3.123.422,59	3.342.097,54			
Veículos	5.394.919,75	5.394.919,75			
Móveis e Utensílios	242.635,10	242.635,10			
Equipamentos de Comunicação	92.637,49	92.637,49			
DEPRECIACÃO ACUMULADA	(3.061.318,82)	(4.323.270,61)			
Máquinas e Equipamentos	(552.106,55)	(874.542,83)			
Veículos	(2.443.635,11)	(3.346.396,86)			
Móveis e Utensílios	(39.672,60)	(57.898,88)			
Equipamentos de Comunicação	(25.904,56)	(44.432,04)			

PORTO VELHO/RO,  
10 de fevereiro de 2022.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM DE ACORDO COM A LEI 6404/76.**

**1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Declaração de conformidade**

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Destarte insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

**2 – BALANÇO PATRIMONIAL - BP**

Evidência qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

O Balanço Patrimonial apresenta uma posição estática ao final do exercício financeiro de 2021, está representada de forma resumida neste relatório e analiticamente em anexos explicativos que compõem a prestação de contas da EMDUR.

**CLAUDIANE GUERSON N. QUEIROZ**

CRC: 009157 / RO Contadora – EMDUR

**GUSTAVO BELTRAME**

Diretor Presidente - EMDUR

**Publicado por:**  
Fernanda Santos Julio  
**Código Identificador:**38BBDE7E

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 18/02/2022. Edição 3161

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>



**Demonstração Fluxo de Caixa Método Direto**  
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR  
CNPJ 04.763.223/0001-61

	2020	2021
<b>1 - Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
(+) Transferências Recebidas	23.715.925,33	23.862.901,31
(-) Pagamento de Fornecedores	(10.479.791,06)	(6.242.317,49)
(-) Pagamento de Empregados	(12.518.541,86)	(12.520.023,24)
(-) Transferências para PMPV		
(+) outros Recebimentos	176.068,29	405.264,24
(-) Custos para Execução de Serviços		
(-) Outros Fornecedores - FUPEN	(316.427,98)	(362.121,01)
(-) Pagamento de Impostos	(223.013,62)	(908.599,52)
(-) Pagamento de Juros	(299.177,90)	(233.539,26)
(-) Pagamento de Contingências	(4.748.042,42)	(0,00)
<b>Caixa Líquido Resultante das Atividades Operacionais</b>	<b>(4.693.001,22)</b>	<b>4.001.565,03</b>
<b>2 - Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
(-) Aquisição de Imobilizado	(3.159.873,51)	(218.674,95)
<b>Caixa Líquido Resultante das Atividades de Investimento</b>	<b>(3.159.873,51)</b>	<b>(218.674,95)</b>
<b>3 - Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
(-) Pagamento de empréstimos	0,00	0,00
<b>Caixa Líquido Resultante das Atividades de Financiamento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa (1+2+3)</b>	<b>(7.852.874,73)</b>	<b>3.782.890,08</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>12.458.634,13</b>	<b>4.605.759,40</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>4.605.759,40</b>	<b>8.388.649,48</b>

Porto Velho, 10 de fevereiro de 2022.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM DE ACORDO COM A LEI 6.404/76.**

**1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Destarte insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

**2. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é um relatório contábil importante para a gestão financeira de uma empresa e faz parte do conjunto de relatórios exigido após a publicação das Leis nº 11.638/2007.

O relatório exhibe as contas ou conjuntos de contas, que contribuíram para aumentar ou diminuir os recursos de caixa de uma empresa, de um dado período para outro. É composto por três secções chamadas de atividades, onde se agrupam as contas, de acordo com suas origens, sendo:

- i) Atividades operacionais;
- ii) atividades de investimento;
- iii) atividades de financiamento.

Para demonstrar o fluxo de caixa do exercício findo optamos pelo método direto.




PREFEITURA DE PORTO VELHO  
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR



O método direto agrega as contas do Resultado que efetivamente representam entradas ou saídas de recursos de caixa.

As receitas e as despesas, de um modo geral representam, respectivamente, aumentos e reduções dos recursos de caixa. Determinadas despesas, como a depreciação, não afetam o caixa. Os aumentos ou diminuições de investimentos, pelo método da equivalência patrimonial também não afetam o caixa.

Antes de entrar com os dados, é interessante preparar uma planilha com os ajustes necessários das contas dos balanços, de modo a torná-los comparáveis.

  
CLAUDIANE GUERSON N. QUEIROZ  
CRC: 009157/O-3 - RO  
Contadora - EMDUR

  
GUSTAVO BELTRAME  
Diretor Presidente - EMDUR



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

**EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR**  
**DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA - 2021**

**EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR**  
**Demonstração Fluxo de Caixa Método Direto**  
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR  
CNPJ 04.763.223/0001-61

	2020	2021
<b>1 - Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
(+) Transferências Recebidas	23.715.925,33	23.862.901,31
(-) Pagamento de Fornecedores	(10.479.791,06)	(6.242.317,49)
(-) Pagamento de Empregados	(12.518.541,86)	(12.520.023,24)
(-) Transferências para PMPV		
(+) outros Recebimentos	176.068,29	405.264,24
(-) Custos para Execução de Serviços		
(-) Outros Fornecedores - FUPEN	(316.427,98)	(362.121,01)
(-) Pagamento de Impostos	(223.013,62)	(908.599,52)
(-) Pagamento de Juros	(299.177,90)	(233.539,26)
(-) Pagamento de Contingências	(4.748.042,42)	(0,00)
<b>Caixa Líquido Resultante das Atividades Operacionais</b>	<b>(4.693.001,22)</b>	<b>4.001.565,03</b>
<b>2 - Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
(-) Aquisição de Imobilizado	(3.159.873,51)	(218.674,95)
<b>Caixa Líquido Resultante das Atividades de Investimento</b>	<b>(3.159.873,51)</b>	<b>(218.674,95)</b>
<b>3 - Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
(-) Pagamento de empréstimos	0,00	0,00
<b>Caixa Líquido Resultante das Atividades de Financiamento</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa (1+2+3)</b>	<b>(7.852.874,73)</b>	<b>3.782.890,08</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>12.458.634,13</b>	<b>4.605.759,40</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>4.605.759,40</b>	<b>8.388.649,48</b>

Porto Velho, 10 de fevereiro de 2022.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM DE ACORDO COM A LEI 6.404/76.**

**1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Declaração de conformidade**

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Destarte insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

**2. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é um relatório contábil importante para a gestão financeira de uma empresa e faz parte do conjunto de relatórios exigido após a publicação das Leis nº 11.638/2007.

O relatório exhibe as contas ou conjuntos de contas, que contribuíram para aumentar ou diminuir os recursos de caixa de uma empresa, de um dado período para outro. É composto por três seções chamadas de atividades, onde se agrupam as contas, de acordo com suas origens, sendo:

- i) Atividades operacionais;
- ii) atividades de investimento;
- iii) atividades de financiamento.

Para demonstrar o fluxo de caixa do exercício findo optamos pelo método direto.

O método direto agrega as contas do Resultado que efetivamente representam entradas ou saídas de recursos de caixa.

As receitas e as despesas, de um modo geral representam, respectivamente, aumentos e reduções dos recursos de caixa. Determinadas despesas, como a depreciação, não afetam o caixa. Os aumentos ou diminuições de investimentos, pelo método da equivalência patrimonial também não afetam o caixa.

Antes de entrar com os dados, é interessante preparar uma planilha com os ajustes necessários das contas dos balanços, de modo a torná-los comparáveis.

**CLAUDIANE GUÉRSON N. QUEIROZ**

CRC: 009157/O-3 - RO  
Contadora - EMDUR

**GUSTAVO BELTRAME**  
Diretor Presidente - EMDUR

**Publicado por:**  
Fernanda Santos Julio  
**Código Identificador:**0215E384

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 18/02/2022. Edição 3161  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>



PREFEITURA DE PORTO VELHO  
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR



EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
CNPJ Nº 04.763.223/0001-61  
DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS  
EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Tabela 54 – Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados - DLPA

	2020	2021
<b>SALDO NO INICIO DO PERIODO</b>	<b>15.502.995,15</b>	<b>11.397.074,68</b>
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(581.918,80)	-
LUCROS INCORPORADO AO CAPITAL	-	-
REVERSÃO DE RESERVAS	-	-
LUCRO DO EXERCÍCIO	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(3.524.001,67)	(1.092.780,57)
PROPOSTA DA DESTINAÇÃO DOS LUCROS	-	-
<b>SALDO FINAL DO PERIODO</b>	<b>11.397.074,68</b>	<b>10.304.294,11</b>

Porto Velho, 10 de fevereiro de 2022.

Av. Brasília, nº 1576 - Bairro Santa Bárbara, Porto Velho-RO  
CEP 76.804-490, (69) 3224-6380  
www.emdurportovelho.com.br



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM DE ACORDO COM A LEI 6404/76.**

**1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Destarte insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

**2. DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS**


A DLPA é obrigatória para as sociedades limitadas, Empresas Públicas e outros tipos de empresas, conforme a legislação do Imposto de Renda (art. 274 do RIR/99), bem como o artigo 186, § 2º da Lei nº 6.404/76. É o resultado líquido apurado na Demonstração do Resultado do Exercício, cujo valor deve ser transferido para a conta de lucros Acumulados.

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá discriminar:

1. o saldo do início do período e os ajustes de exercícios anteriores;
2. as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício; e
3. as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

  
CLAUDIANE GUÉRSON N. QUEIROZ

CRC: 009157/O-3 - RO  
Contadora - EMDUR

  
GUSTAVO BELTRAME

Diretor Presidente - EMDUR

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR  
DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS - 2021

**EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – EMDUR**

**EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

CNPJ Nº 04.763.223/0001-61

**DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS**  
**EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

**Tabela 54 – Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados – DLPA**

SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO	2020	2021
		15.502.995,15
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(581.918,80)	-
LUCROS INCORPORADO AO CAPITAL	-	-
REVERSÃO DE RESERVAS	-	-
LUCRO DO EXERCÍCIO	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(3.524.001,67)	(1.092.780,57)
PROPOSTA DA DESTINAÇÃO DOS LUCROS	-	-
<b>SALDO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>11.397.074,68</b>	<b>10.304.294,11</b>

Porto Velho, 10 de fevereiro de 2022.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM DE ACORDO COM A LEI 6404/76.**

**1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Declaração de conformidade**

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Destarte insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

**2. DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS** A DLPA é obrigatória para as sociedades limitadas, Empresas Públicas e outros tipos de empresas, conforme a legislação do Imposto de Renda (art. 274 do RIR/99), bem como o artigo 186, § 2º da Lei nº 6.404/76. É o resultado líquido apurado na Demonstração do Resultado do Exercício, cujo valor deve ser transferido para a conta de lucros Acumulados.

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá discriminar:

1. o saldo do início do período e os ajustes de exercícios anteriores;
2. as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício; e
3. as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

**CLAUDIANE GUÉRSON N. QUEIROZ**

CRC: 009157/O-3 - RO

Contadora – EMDUR

**GUSTAVO BELTRAME**

Diretor Presidente - EMDUR

**Publicado por:**  
Fernanda Santos Julio  
**Código Identificador:8E941BF8**

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 18/02/2022. Edição 3161

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021**

	2020	2021
<b>RECURSO DA PMPV</b>		
+ TRANSFERENCIA RECEBIDA DA PMPV	23.715.925,33	23.862.901,31
<b>RECUPERAÇÃO DIVERSAS</b>		
+ REEMBOLSO DIVERSOS	6.479,12	18.233,46
<b>OUTRAS RECEITAS</b>		
+ OUTRAS RECEITAS	53.439,35	137.828,25
<b>= RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS</b>	<b>23.775.843,80</b>	<b>24.018.963,02</b>
<b>CUSTOS DIRETOS DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>		
- MATERIAIS DIRETOS	(3.185.723,64)	(6.933.624,42)
- FOLHA DE PAGAMENTO	(8.197.444,49)	(9.267.483,36)
- ENCARGOS SOCIAIS	(2.691.169,11)	(2.773.727,44)
<b>CUSTOS INDIRETOS DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>		
- FOLHA DE PAGAMENTO	(1.161.212,97)	(640.804,56)
- ENCARGOS SOCIAIS		
- ADMINISTRATIVOS	(4.654,68)	(3.946,97)
<b>OUTROS CUSTOS</b>		
- PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	(3.706.224,97)	(509.568,44)
<b>= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>4.829.413,94</b>	<b>3.889.807,83</b>
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		
- FOLHA DE PAGAMENTO		
- ENCARGOS SOCIAIS		
- OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(8.136.560,79)	(4.998.095,49)
<b>DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>		
- IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	(156,18)
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
- DESPESAS FINANCEIRAS	(333.004,64)	(233.539,26)
<b>= LUCRO OU PREJUÍZO OPERACIONAL</b>	<b>(3.640.151,49)</b>	<b>(1.341.983,10)</b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
+ RECEITAS FINANCEIRA	116.149,82	249.202,53
<b>= RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(3.524.001,67)</b>	<b>(1.092.780,57)</b>

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

Porto Velho, 10 de fevereiro de 2022



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM DE ACORDO COM A LEI 6.404/76.**

**1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Destarte insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.


**2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

O artigo 187 da Lei 6.404/1976 instituiu a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE. A DRE tem como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período (doze meses), através do confronto das receitas, custos e resultados, apuradas segundo o princípio contábil do regime de competência, e considera-se um dos principais indicadores de desempenho da empresa.

Para se ter uma visão global do seu comportamento, são apresentados, sinteticamente, os fatores que deram causa ao Lucro ou Prejuízo, que no ano apresentado fora demonstrado um Prejuízo no montante de R\$ - 1.092.780,57 (um milhão noventa e dois mil e setecentos e oitenta reais e cinquenta e sete centavos).

  
CLAUDIANE GUERSON N. QUEIROZ

CRC: 009157/O-3 - RO  
Contadora - EMDUR

  
GUSTAVO BELTRAME  
Diretor Presidente - EMDUR

Av. Brasília, nº 1576 - Bairro Santa  
Bárbara, Porto Velho-RO  
CEP 76.804-490, (69) 3224-6380  
www.emdurportovelho.com.br

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

**EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - 2021**

**EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2021**

RECURSO DA PMPV	2020	2021
+ TRANSFERENCIA RECEBIDA DA PMPV	23.715.925,33	23.862.901,31
<b>RECUPERAÇÃO DIVERSAS</b>		
+ REEMBOLSO DIVERSOS	6.479,12	18.233,46
<b>OUTRAS RECEITAS</b>		
+ OUTRAS RECEITAS	53.439,35	137.828,25
<b>= RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS</b>	<b>23.775.843,80</b>	<b>24.018.963,02</b>
<b>CUSTOS DIRETOS DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO</b>		
<b>PÚBLICA</b>		
- MATERIAIS DIRETOS	(3.185.723,64)	(6.933.624,42)
- FOLHA DE PAGAMENTO	(8.197.444,49)	(9.267.483,36)
- ENCARGOS SOCIAIS	(2.691.169,11)	(2.773.727,44)
<b>CUSTOS INDIRETOS DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO</b>		
<b>PÚBLICA</b>		
- FOLHA DE PAGAMENTO	(1.161.212,97)	(640.804,56)
- ENCARGOS SOCIAIS		
- ADMINISTRATIVOS	(4.654,68)	(3.946,97)
<b>OUTROS CUSTOS</b>		
- PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	(3.706.224,97)	(509.568,44)
<b>= RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>4.829.413,94</b>	<b>3.889.807,83</b>
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		
- FOLHA DE PAGAMENTO		
- ENCARGOS SOCIAIS		
- OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(8.136.560,79)	(4.998.095,49)
<b>DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>		
- IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	(156,18)
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
- DESPESAS FINANCEIRAS	(333.004,64)	(233.539,26)
<b>= LUCRO OU PREJUÍZO OPERACIONAL</b>	<b>(3.640.151,49)</b>	<b>(1.341.983,10)</b>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
+ RECEITAS FINANCEIRA	116.149,82	249.202,53
<b>= RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(3.524.001,67)</b>	<b>(1.092.780,57)</b>

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

Porto Velho, 10 de fevereiro de 2022

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM DE ACORDO COM A LEI 6.404/76.**

**1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Declaração de conformidade**

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Destarte insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

**2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

O artigo 187 da Lei 6.404/1976 instituiu a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE. A DRE tem como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período (doze meses), através do confronto das receitas, custos e resultados, apuradas segundo o princípio contábil do regime de competência, e considera-se um dos principais indicadores de desempenho da empresa.

Para se ter uma visão global do seu comportamento, são apresentados, sinteticamente, os fatores que deram causa ao Lucro ou Prejuízo, que no ano apresentado fora demonstrado um Prejuízo no montante de R\$ - 1.092.780,57 (um milhão noventa e dois mil e setecentos e oitenta reais e cinquenta e sete centavos).

**CLAUDIANE GUÉRSO N. QUEIROZ**



18/02/2022 09:00

Prefeitura Municipal de Porto Velho

CRC: 009157/O-3 - RO  
Contadora - EMDUR

**GUSTAVO BELTRAME**  
Diretor Presidente - EMDUR

**Publicado por:**  
Fernanda Santos Julio  
**Código Identificador:**745F2662

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 18/02/2022. Edição 3161  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM DE ACORDO COM A LEI 6404/76.**

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Município de Porto Velho criou a Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, através da Lei nº 186 de 24/04/1980 e alterada pela Lei nº 2.056 de 16/07/2013, pessoa jurídica de direito privado, mediante autorização de lei específica, com capital exclusivamente público, para a prestação de serviços públicos relativos ao desenvolvimento urbano, auxiliando a Municipalidade no cumprimento de suas atividades / obrigações;

A Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, não possui capacidade contributiva, pois não distribui lucros ou resultados direta ou indiretamente a particulares nem têm por objetivo principal conceder acréscimo patrimonial ao Poder Público Municipal, não recebendo contraprestação ou pagamento de taxas (espécie tributária) ou tarifa (preços públicos), vez que executa serviços públicos gerais (coletivos, indivisíveis), custeada com recursos municipais que lhe são destinados por meio das Leis (PPA, LDO e LOA), sendo a fonte de tais recursos o próprio tesouro municipal (produto da arrecadação dos impostos gerais e COSIP);

A Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR, não concorre com nenhuma empresa privada, pois não é exploradora de atividade econômica com o fim meramente especulativo, mas delegatária de serviços públicos de desenvolvimento urbano de competência exclusiva dos Municípios, agindo em nome do Município de Porto Velho e do interesse público, visto que a execução da política de desenvolvimento urbano é de competência exclusiva dos Municípios.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e



11.941/2009, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Destarte insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### 3.1 Bases de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico com base em valor originário de ativos e passivos.

#### 3.2 Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (reais).

#### 3.3 Caixas e equivalentes de caixa e investimentos em curto prazo

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos em curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata ou vencimento original em até três meses após o encerramento do exercício financeiro.

Os demais investimentos, com vencimentos originais superiores a três meses, são reconhecidos a valor justo com movimentações pelo resultado e registrados em investimentos a curto prazo.

#### 3.4 Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo de aquisição. As respectivas baixas por consumo foram realizadas através de inventário físico periódico de forma anual contra as aquisições durante o exercício, devido a não utilização de baixas por requisições em período de tempo menor.

A data base do levantamento do Inventário foi de 31 de dezembro de 2021, conforme relatório da Comissão formalizada pela Portaria nº 146/2021/GAB/EMDUR, datado de 20 de outubro de 2021, tendo como empregados públicos designados para compor a Comissão de



Inventário de 2021 os seguintes: João Philipe de Padua Silva, na função de Presidente, e como membros Rafael Gomes Costa, Ivanete Trombini Ferreira e Ivan Tavares Oliveira.

### 3.5 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos com previsão de realização ou que se pretenda consumir no prazo de até 12 (doze) meses a partir da data do balanço, são classificados como ativo circulante.

Os passivos com previsão de liquidação no prazo de 12 (doze) meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos são classificados como "não circulantes".

### 3.6 Do valor do Imóvel sede da EMDUR

O imóvel sede está contabilizado pelo método do valor justo, tendo sido realizado a reavaliação no exercício de 2012, com base em laudo pericial emitido por perito avaliador credenciado.

### 3.7 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo originário, líquido da depreciação acumulada. O custo inclui o montante de reposição, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando os componentes significativos do imobilizado são repostos, a Companhia reconhece tais componentes como ativo individuais, com vida úteis e depreciações específicas.

Os itens do imobilizado, eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação, no caso bens inservíveis.

Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos (calculados como a diferença entre o resultado líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídas no resultado.

### 3.8 Depreciação

Durante o exercício de 2021 fora contabilizado a depreciação dos Móveis e Utensílios, equipamentos para áudio, veículos, equipamentos de processamentos de dados, veículos Automotores modelo motocicleta, máquinas e equipamentos, Material de Proteção e Segurança, Equipamentos de Comunicação e do imóvel sede da EMDUR, em consonância

com a realizada pela Contabilidade Pública trimestralmente, atendendo determinação da Gerência Financeira/EMDUR.

### **3.9 Ativo Intangível**

Os valores intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição reduzido da amortização acumulada e eventual provisão de perda pelo valor recuperável.

Durante o exercício o valor registrado como intangível fora baixado devido não possuímos bens nessa condição atualmente, bem como fora atendido a orientação de baixa constante no exercício de 2013, quando de sua análise pelo Controle Interno.

### **3.10 Redução ao valor recuperáveis de Ativos**

O imobilizado é avaliado anualmente para de identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

A Empresa avaliou seus ativos, na data do balanço, e concluiu que houve a necessidade de reconhecimento de perdas registradas conforme o Inventário físico realizado.

### **3.11 Ajuste a valor presente**

Na avaliação para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos, não foi constatado a aplicabilidade destes ajustes, destacando-se as seguintes razões:

- Fornecedores: curto prazo para liquidação de todas as obrigações;
- Empréstimos e financiamentos: Não ocorrência no exercício.

### **3.12 Contas a pagar aos fornecedores**

Reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

### **3.13 Do repasse de recursos financeiros pelo Município de Porto Velho e o Orçamento anual**



Os recebimentos de repasses para custeio das despesas administrativas e de iluminação pública são contabilizados pela previsão orçamentária prevista na LOA do Município de Porto Velho, registrando todas as alterações orçamentárias realizadas pela Municipalidade.

### **3.14 Passivo – Parcelamentos de encargos e tributos**

Os parcelamentos de encargos sociais e tributos são contabilizados no Passivo Circulante no total de 12 (doze) parcelas e as demais no Não Circulante. As rubricas estão separadas por códigos de parcelamentos para maior controle.

Para fins de contabilização do Passivo Circulante foram utilizado às contas de provisões genéricas do PNC contabilizadas em exercícios anteriores, sendo que será utilizado até a quitação do parcelamento ou o zeramento do saldo da conta, o que ocorrer primeiro.

### **3.15 Imposto de Renda e Contribuição Social**

Os impostos não são devidos pelo fato de que a EMDUR é uma Empresa Pública de direito privado, delegatária de serviços públicos e subvencionada pela Prefeitura, com recursos advindos da LOA do Município de Porto Velho.

### **3.16 Ativos e Passivos Contingentes**

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando é “praticamente certo” seu êxito, ou com base em decisões judiciais favoráveis, transitada em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em notas explicativas.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgadas em notas explicativas.

### **3.17 Outras provisões**

As demais provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa de juros antes de



impostos, as quais reflitam as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira.

### 3.18 Receitas/Repases

As receitas são reconhecidas quando repassadas pela Prefeitura Municipal de Porto Velho – PMPV de acordo com previsto nas LEIS ORCAMENTARIAS MUNICIPAIS, sendo a fonte 1010, esta utilizada para o custeio administrativo e de Iluminação Pública desta EMDUR, sendo esta alimentada pela contribuição sobre iluminação pública COSIP, repassado aos cofres públicos pelo Grupo Energisa, servindo para custear todo o serviço desta Empresa. Ademais informa-se que a EMDUR é 100% custeada pela Prefeitura de Porto Velho estando portanto, funcionando como fosse uma Autarquia Fundacional, tendo em vista, os serviços que vem prestando a municipalidade e a forma de custeio dos mesmos.

### 3.19 Benefícios a empregados

A Empresa manteve no exercício o benefício de auxílio transporte aos empregados que fazem jus ao benefício, tendo efetuado o desconto de 6% do salário base, bem como o auxílio alimentação sendo este no valor de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) e o auxílio saúde sendo este no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) sem desconto aos empregados.

### 3.20 Apuração do lucro

A Empresa apura e demonstra o lucro nas suas demonstrações contábeis e financeiras, todavia, não ocorre a tributação do IRPJ e CSLL devido a Empresa possuir capitais 100% da Municipalidade e ser subvencionada através do seu Orçamento anual sendo, pois, responsável pela descentralização da Iluminação Pública da Capital e seus Distritos, não desenvolvendo atividades sociais com finalidade econômica, como ocorria outrora com a construção de conjuntos habitacionais e fabricação de artefatos de cimento visando o lucro.

### 3.21 Reconhecimento das Receitas



A Empresa no exercício de 2021 reconheceu as receitas tomando por base o orçamento previsto de repasses para essa EMDUR, obedecendo aos critérios de reconhecimentos específicos a seguir para que sejam reconhecidas:

a) Receitas de repasses - As receitas são reconhecidas através do Orçamento para o exercício corrente, baseado na LOA anual, registrando todas as alterações que ocorrer na mesma através de reformulações orçamentárias ou estornos de repasses com destinação para outras finalidades a critério da Municipalidade;

### 3.22 Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é um relatório contábil importante para a gestão financeira de uma empresa e faz parte do conjunto de relatórios exigido após a publicação das Leis nº 11.638/2007.

O relatório exhibe as contas ou conjuntos de contas, que contribuíram para aumentar ou diminuir os recursos de caixa de uma empresa, de um dado período para outro. É composto por três seções chamadas de atividades, onde se agrupam as contas, de acordo com suas origens, sendo:

- i) Atividades operacionais;
- ii) atividades de investimento;
- iii) atividades de financiamento.

Para demonstrar o fluxo de caixa do exercício findo optamos pelo método direto.

O método direto agrega as contas do Resultado que efetivamente representam entradas ou saídas de recursos de caixa.

As receitas e as despesas, de um modo geral representam, respectivamente, aumentos e reduções dos recursos de caixa. Determinadas despesas, como a depreciação, não afetam o caixa. Os aumentos ou diminuições de investimentos, pelo método da equivalência patrimonial também não afetam o caixa.

Antes de entrar com os dados, é interessante preparar uma planilha com os ajustes necessários das contas dos balanços, de modo a torná-los comparáveis.

### 3.23 Remuneração dos administradores





A Empresa remunera seus diretores através da folha de pagamento, juntamente com os demais empregados públicos. Nas reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, em que fazem parte o Diretor Presidente desta EMDUR, o mesmo faz jus a pagamentos de remuneração, inclusive por jetons, juntamente com todos os outros conselheiros.

### 3.24 Conciliações das contas

As contas foram devidamente conciliadas e revisadas com vista a dirimir as possibilidades de erros formais de classificação no plano de contas e de contabilização.

### 3.25 Da descrição e análise analítica do Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2021

Adiante, passamos a apresentar o Balanço e dados das Demonstrações Contábeis encerrado de forma analítica, com as devidas análises relevantes a compreensão dos fatos contábeis registrados no exercício.

### 3.26 Baixa efetuada no Exercício de 2019.

#### 1.1.2.05 – Adiantamento a Fornecedor

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do ATIVO CIRCULANTE – CREDITO – Adiantamento a Fornecedor, por não atender o que preconiza a lei 6.404/76 juntamente com o CPC 00 (R2) no que tange a definição de ATIVO.

Os valores apresentados estão abaixo descritos.

Recuperar Recuperação e Manutenção de Ar Condicionado LTDA – ME	141,28
Gibbor Brasil Publicidades LTDA	6,45
<b>TOTAL:</b>	<b>147,73</b>

A conta Adiantamento a Fornecedor da empresa Recuperar Recuperação R\$ 141,28 (cento e quarenta e um reais e vinte e oito centavos) e da empresa Gibbor Brasil R\$ 6,45 (seis reais e quarenta e cinco centavos) referem-se a pagamentos efetuados a maior, decorrente



da não retenção dos tributos, saldo de exercício anterior. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** até o termino do processo e as devidas providências LEGAIS.

#### 1.2.1.02 – Outros Créditos

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do ATIVO REALIZAVEL LONGO PRAZO-ANC (ARLP), por não atender o que preconiza a lei 6404/76 juntamente com o CPC 00 (R2) no que tange a definição de ATIVO. Os Valores a supramencionados são de fornecedores que estão sob a investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia, realizado através da Operação *Luminus* ocorrida em agosto de 2012.

Os valores apresentados estão abaixo descritos.

EMPRESA	Valores em R\$
Brasil Soluti Projetos e Consultoria LTDA	64.960,00
Imagem Sinalização Viária LTDA	22.285,65
KAWAU Comércio, Serviços e Construções LTDA	316.634,63
L. de Oliveira R. Gomes Neta Materiais de Construção	22.469,20
Moriá Comércio e Serviços LTDA	139.955,36
Noberto & Lopes Construção LTDA	5.796,00
Pagamentos não identificados	540.666,27
Pagamentos sem documentos	2.500,00
Rinara Ribeiro Reis	2.604,90
SJB Construtora, Comércio e Serviços LTDA	2.660.174,58
<b>TOTAL:</b>	<b>3.778.046,59</b>

Os saldos das empresas: Brasil Soluti Projetos e Consultoria LTDA, Imagem Sinalização Viária LTDA, KAWAU Comércio, Serviços e Construções LTDA, L. de Oliveira R. Gomes Neta Materiais de Construção, Moriá Comércio e Serviços LTDA, Noberto & Lopes Construção LTDA, Pagamentos não identificados, Pagamentos sem documentos, Rinara Ribeiro Reis, SJB Construtora, Comércio e Serviços LTDA, Créditos não classificados refere-se a saldos implantados da contabilidade do exercício de 2012, sendo que os valores



das contra prestações dos serviços e dos fornecimentos dos materiais adquiridos estão sob investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Valores a receber dos fornecedores que estão sob a investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia, realizado através da **Operação Luminus** ocorrida em agosto de 2012, devido a indícios de fraudes em licitações, não fornecimento dos materiais de iluminação e a não prestação dos serviços contratados, bem como outros delitos pertinentes à administração pública. Os valores estão registrados pelo valor originário. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** até o termino do processo e as devidas providências LEGAIS.

#### 1.2.1.03 – Repasses da PMPV

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do ATIVO REALIZAVEL LONGO PRAZO-ANC (ARLP), por não atender o que preconiza a lei 6404/76 juntamente com o CPC 00 (R2) no que tange a definição de ATIVO.

Os valores apresentados estão abaixo descritos.

Iluminação Pública	297.602,47
Créditos não classificados	17.448,77
<b>TOTAL:</b>	<b>315.051,24</b>

Créditos não classificados refere-se a saldos implantados da contabilidade do exercício de 2012, sendo que os valores das contra prestações dos serviços e dos fornecimentos dos materiais adquiridos estão sob investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** até o termino do processo e as devidas providências LEGAIS.

#### 2.1.1.01 Fornecedores Gerais

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do PASSIVO CIRCULANTE – Fornecedores Gerais, em atendimento ao apontamento do Controle Interno



no Relatório de Auditoria da Prestação de Contas do Exercício de 2018. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** até o término do processo e as devidas providências LEGAIS.

Os fornecedores abaixo refere-se a saldos remanescentes do exercício de 2012 estando estes sob investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia, realizado através da **Operação Luminus** ocorrida em agosto de 2012, devido a indícios de fraudes em licitações, não fornecimento dos materiais de iluminação e a não prestação dos serviços contratados, bem como outros delitos pertinentes à administração pública.

A. da Silva Menezes – ME	20.000,00
Alfa Casa Comércio de Materiais de Construção S/A	509.214,00
Eloi Tecnologia LTDA	146.000,00
Ergon Comércio Varejista e Assistência LTDA	38.040,00
Estrumetal Estruturas e Coberturas Metálicas LTDA	216.201,82
FBX Serviços de Segurança LTDA	10.997,24
Freitas & CIA LTDA	116.840,00
Helenmaq Comércio e Serviços LTDA – EPP	15.174,00
Jota de Lima Gonçalves - ME	3.571,70
Linhares Construções LTDA – EPP	30.566,09
Maria Eliza Garcia de Freitas de Almeida Produções	3.498,00
MMC Comércio e Serviços LTDA	25.981,00
PM Comércio e Serviços LTDA – ME	23.800,00
Proteção Máxima Vigilância e Segurança LTDA	4.150,52
Roberto José da Silva – ME	231,09
<b>TOTAL:</b>	<b>1.164.265,46</b>

Neste grupo, as contas permaneceram com valores implantados de exercícios anteriores.

Auto Posto Amazonas	219,85
Einstein Instituição de Ensino Ltda – EPP	86,06
JD Comercio e Importação Ltda	6.633,00
SESI – Serviço Social da Indústria	5.015,94



EPIS Industria e Comercio Eirelli -ME	2.932,35
Flac Clinicas odontológicas Ltda	779,30
Venezia Comercio de Caminhões LTDA	192,54
<b>TOTAL:</b>	<b>15.859,04</b>

Informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade.

### 3.27 Baixa efetuada no Exercício de 2020.

#### 01.2.1.02 – Depósitos Judiciais

Fora efetuada no exercício financeiro de 2020 a Baixa de valores do ATIVO REALIZAVEL LONGO PRAZO-ANC (ARLP), por não atender o que preconiza a lei 6.404/76 juntamente com o CPC 00 (R2) no que tange a definição de ATIVO.

Os valores apresentados estão abaixo descritos.

Depósitos Judiciais	583.057,28
<b>TOTAL:</b>	<b>583.057,28</b>

Depósitos Judiciais refere-se a saldos implantados da contabilidade do exercício de 2012, onde fora contabilizado as transferências para depósitos judiciais, bem como os desbloqueios de depósitos. Conforme apontamento do Controle Interno na Prestação de Contas de 2019 item 2.2.1.1 – Não Circulante, fora solicitado a verificação real do montante junto com a Assessoria Jurídica, informamos que foi baixado a rubrica para fins de regularização de conta.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** para as devidas providências LEGAIS.



**1 – ATIVO**

**1.1 CIRCULANTE**

**1.1.1 - DISPONIBILIDADES**

**1.1.1.02 – Disponibilidades – Bancos Conta Movimento**

Os saldos das contas Bancos – Conta Movimento foram devidamente conciliadas.

**1.1.1.03 – Disponibilidades – Bancos Conta Aplicação**

Os saldos das contas Bancos – Aplicações Financeiras foram devidamente conciliadas, ficando demonstrando no Balanço Patrimonial os seguintes saldos:

Contas Aplicação	Valores em R\$
Banco do Brasil S/A – 9710-1 – Iluminação Pública	3.419.033,61
Banco do Brasil S/A – 10106- 0 – RP - Iluminação	4.125.957,07
Banco do Brasil S/A – 10103- 6 - RP - Custeio	843.658,80
Banco do Brasil S/A – 10.741-7 - Caução	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>8.388.649,48</b>

**1.1.2 – Direitos Realizáveis a Curto Prazo**

**1.1.2.04 – Adiantamentos**

Adiantamento de Férias	169.752,49
Adiantamento de 13º Salário	12.997,29
<b>TOTAL:</b>	<b>182.749,78</b>

A conta Adiantamento de Férias refere-se ao pagamento de férias em dezembro de 2021 para gozo no mês de janeiro de 2022.

A conta Adiantamento de 13º Salário são valores pagos em duplicidade aos empregados, fora aberto processo para regularização das pendências. Referem-se a valores não descontados na segunda parcela do décimo terceiro, valores adiantados por conta do pagamento da primeira parcela, alguns valores não foram descontados em rescisão de



contrato. O processo nº. 02.41.00087/2020 encontra-se com a assessoria jurídica para fazer as devidas análises e dar prosseguimento ao autos.

Conforme abaixo:

Eleonise Bentes Ramos Miranda	3.836,94	Não foi descontado em rescisão
Raimunda Livânia L. Cavalcante	1.780,94	Descontado a menor
Wilson Gomes Lopes	2.914,69	Não foi descontado em rescisão
José Irevan da Silveira	2.661,80	Não foi descontado em rescisão
Adão Gadelha	1.802,92	Descontado em rescisão

#### 1.1.2.06 – Adiantamento a Fornecedor

Recuperar Recuperação e Manutenção de Ar Condicionado LTDA – ME	0,00
Gibbor Brasil Publicidades LTDA	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>0,00</b>

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do ATIVO CIRCULANTE – CREDITO – Adiantamento a Fornecedor, por não atender o que preconiza a lei 6404/76 juntamente com o CPC 00 (R2) no que tange a definição de ATIVO. A conta Adiantamento a Fornecedor da empresa Recuperar Recuperação R\$ 141,28 (cento e quarenta e um reais e vinte e oito centavos) e da empresa Gibbor Brasil R\$ 6,45 (seis reais e quarenta e cinco centavos) referem-se a pagamentos efetuados a maior, saldo de exercício anterior. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** até o término do processo e as devidas providências LEGAIS.

#### 1.1.3 – Estoques

##### 1.1.3.01 – Para Consumo

Material de Copa e Cozinha	1.047,88
----------------------------	----------



Material de Expediente	22.164,00
Material de Limpeza	11.565,44
Gêneros Alimentícios	1.060,00
Material de Processamento de Dados	84.297,20
Material de Consumo	20.127,17
<b>TOTAL:</b>	<b>140.261,69</b>

#### 1.1.3.02 – Para Iluminação Pública

Materiais Elétricos	4.920.816,70
Outros Materiais Para Iluminação Pública	11.542,38
Material de Proteção e Segurança	111.148,57
<b>TOTAL:</b>	<b>5.043.507,65</b>

Os valores constantes como saldo nas contas de Estoque para Consumo e para Iluminação Pública estão em conformidade conforme levantamento da Comissão de Inventário e Almoxarifado e Inventário de Bens Móveis, Portaria nº 146/2021/GAB/EMDUR, datado de 20 de outubro de 2021, Processo nº 02.41.00181/2021.

### 1.2 NÃO CIRCULANTE

#### 1.2.1 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

##### 1.2.1.02 – Depósitos Judiciais

Depósitos Judiciais	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>0,00</b>

O montante da conta Depósitos Judiciais refere-se a R\$ 583.057,28 (quinhentos e oitenta e três mil e cinquenta e sete mil reais e vinte e oito centavos) refere-se a saldos implantados da contabilidade do exercício de 2012, onde fora contabilizado as transferências para depósitos judiciais, bem como os desbloqueios de depósitos. Conforme apontamento do Controle Interno na Prestação de Contas de 2019 item 2.2.1.1 – Não Circulante, fora





solicitado a verificação real do montante junto com a Assessoria Jurídica, informamos que foi baixado a rubrica para fins de regularização de conta.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** para as devidas providências LEGAIS.

1.2.1.02 – Outros Créditos

Brasil Soluti Projetos e Consultoria LTDA	0,00
Imagem Sinalização Viária LTDA	0,00
KAWAU Comércio, Serviços e Construções LTDA	0,00
L. de Oliveira R. Gomes Neta Materiais de Construção	0,00
Moriá Comércio e Serviços LTDA	0,00
Noberto & Lopes Construção LTDA	0,00
Pagamentos não identificados	0,00
Pagamentos sem documentos	0,00
Rinara Ribeiro Reis	0,00
SJB Construtora, Comércio e Serviços LTDA	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>0,00</b>

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do ATIVO REALIZAVEL LONGO PRAZO-ANC (ARLP) – Outros Creditos, por não atender o que preconiza a lei 6404/76 juntamente com o CPC 00 (R2) no que tange a definição de ATIVO.

Os saldos das empresas: Brasil Soluti Projetos e Consultoria LTDA, Imagem Sinalização Viária LTDA, KAWAU Comércio, Serviços e Construções LTDA, L. de Oliveira R. Gomes Neta Materiais de Construção, Moriá Comércio e Serviços LTDA, Noberto & Lopes Construção LTDA, Pagamentos não identificados, Pagamentos sem documentos, Rinara Ribeiro Reis, SJB Construtora, Comércio e Serviços LTDA, Créditos não classificados refere-se a saldos implantados da contabilidade do exercício de 2012, sendo que os valores das contra prestações dos serviços e dos fornecimentos dos materiais adquiridos estão sob investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia. E objeto de Tomada de Conta Especial através do Processo nº 02.41.00041/2015.

Valores a receber dos fornecedores que estão sob a investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia, realizado através da **Operação Luminus** ocorrida em agosto de 2012,



devido a indícios de fraudes em licitações, não fornecimento dos materiais de iluminação e a não prestação dos serviços contratados, bem como outros delitos pertinentes à administração pública. Os valores estão registrados pelo valor originário. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** até o termino do processo e as devidas providências LEGAIS.

#### 1.2.1.03 – Repasse da PMPV

Iluminação Pública	0,00
Créditos não classificados	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>0,00</b>

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do ATIVO REALIZAVEL LONGO PRAZO-ANC (ARLP) – Repasse da PMPV, por não atender o que preconiza a lei 6404/76 juntamente com o CPC 00 (R2) no que tange a definição de ATIVO. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** até o termino do processo e as devidas providências LEGAIS.

Créditos não classificados refere-se a saldos implantados da contabilidade do exercício de 2012, sendo que os valores das contra prestações dos serviços e dos fornecimentos dos materiais adquiridos estão sob investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia.

### **1.2.2 – INVESTIMENTOS**

#### **1.2.2.01 – OUTROS INVESTIMENTOS**

Ressalto que quanto ao saldo da conta Outros Investimentos no montante de R\$ 24,36 (vinte e quatro reais e trinta e seis centavos) fora baixado no exercício de 2019, o mesmo refere-se a Ações da Embraer junto ao Banco da Amazônia, visando maiores esclarecimentos, bem como o conhecimento da situação atual do fato dos valores junto à contabilidade, fora encaminhado o Ofício nº 085/GERFIN/EMDUR/2015, para o qual não obtivemos resposta até o presente momento, e por tal motivo, a baixa fora efetivada, pois tal valor não atende as bases de reconhecimento e mensuração descritas no CPC 00. Tais



valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** até o término do processo e as devidas providências LEGAIS.

### 1.2.3 – IMOBILIZADO

#### 1.2.3.01 – BENS E DIREITOS DE USO – ADMINISTRATIVO

Móveis e Utensílios	391.013,14
Equipamentos para áudio, vídeo e fotografia	30.576,50
Veículos	403.766,96
Prédios	1.796.435,18
Terrenos	1.665.894,22
Equipamentos de processamento de dados	1.492.868,04
Veículos Automotores modelo motocicleta 0 KM	12.980,00
Material de Proteção e Segurança	3.895,00
Maquinas e Equipamentos	39.936,59
<b>TOTAL:</b>	<b>5.837.365,63</b>

O Saldo da conta imobilizado fora ajustado conforme levantamento da Comissão de Inventário e Almoxarifado e Inventário de Bens Móveis, Portaria nº 146/2021/GAB/EMDUR, datado de 20 de outubro de 2021, Processo nº 02.41.00181/2021.

O valor da rubrica prédios e terrenos fora contabilizado a valor justo, tendo em vista o laudo de avaliação realizado pelo perito avaliador Arquiteto Jose Ieno Silva dos Santos, portador do CREA 1035-D/RO, datado de 10 de julho de 2012, com base no processo SEMUR de nº 18.4542/2012.

#### 1.2.3.02 – DEPRECIÇÃO ACUMULADA

Móveis e Utensílios	52.161,16
Equipamentos para áudio, vídeo e fotografia	25.420,36
Veículos	373.710,11
Prédios	682.645,32
Equipamentos de processamento de dados	583.083,65



Veículos Automotores modelo motocicleta 0 KM	12.980,00
Máquinas e Equipamentos	11.310,67
Material de Proteção e Segurança	1.093,85
<b>TOTAL:</b>	<b>1.742.405,12</b>

Esta Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR adota o método de depreciação linear trimestral, depreciação efetuada no exercício de 2021 atendendo determinação da Gerência Financeira e do controle interno.

### 1.2.3.03 – BENS DE USO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Máquinas e Equipamentos	3.342.097,54
Veículos	5.394.919,75
Móveis e Utensílios	242.635,10
Equipamentos de Comunicação	92.637,49
<b>TOTAL:</b>	<b>9.072.289,88</b>

### 1.2.3.04 – DEPRECIAÇÃO ACUMULADA

Máquinas e Equipamentos	874.542,83
Veículos	3.346.396,86
Móveis e utensílios	57.898,88
Equipamentos de Comunicação	44.432,04
<b>TOTAL:</b>	<b>4.323.270,61</b>

Esta Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR adota o método de depreciação linear trimestral, depreciação efetuada no exercício de 2021 atendendo determinação da Gerência Financeira e do controle interno.

### 1.2.3.05 – BENS DE USO – FÁBRICA DE ARTEFATOS

Máquinas e Equipamentos	0,00
-------------------------	------



TOTAL:	0,00
--------	------

Fora efetuada no exercício financeiro de 2020 a transferência dos valores da conta Máquinas e Equipamentos – Fábrica de Artefatos para conta Máquinas e Equipamentos – Bens de Iluminação Pública de R\$ 243.720,75 (duzentos e quarenta e três mil e setecentos e vinte reais e setenta e cinco centavos) conforme parecer do Controle Interno nº263/C.I./EMDUR/2020 do Processo 02.41.00088/2020 pag. 77 item V, devido o mesmo pertencer aos Bens de Iluminação Pública.

## 1. PASSIVO

### 2.1 CIRCULANTE

#### 2.1.1 FORNECEDORES NACIONAIS

##### 2.1.1.01 Fornecedores Gerais

Os saldos das contas Fornecedores Gerais foram devidamente conciliados, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial.

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do PASSIVO CIRCULANTE – Fornecedores Gerais, em atendimento ao apontamento do Controle Interno no Relatório de Auditoria da Prestação de Contas do Exercício de 2018. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Tais valores ficarão disponíveis em **NOTAS EXPLICATIVAS** até o término do processo e as devidas providências LEGAIS.

Os fornecedores abaixo refere-se a saldos remanescentes do exercício de 2012 estando estes sob investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia, realizado através da **Operação Luminus** ocorrida em agosto de 2012, devido a indícios de fraudes em licitações, não fornecimento dos materiais de iluminação e a não prestação dos serviços contratados, bem como outros delitos pertinentes à administração pública. Por tanto, ainda não baixados por motivos acima expostos e informa-se também que os valores estão registrados pelo valor originário.

A conta restos a pagar processados no valor de R\$ 138.897,46 (cento e trinta e oito mil e oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e seis centavos) e restos a pagar não



processados a liquidar no valor de R\$ 2.070.789,26 (dois milhões, setenta mil e setecentos e oitenta e nove reais e vinte e seis centavos) são nomenclaturas da contabilidade pública, não cabendo aqui na conta de fornecedores, esses valores foram implantados na contabilidade comercial em 2012, os mesmos foram baixados, devido nomenclatura incorreta e por não possuir qualquer identificação. Informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. De acordo com a informação acima citada, a conta de restos a pagar processados e restos a pagar não processados a liquidar não se encaixa no conteúdo, portanto, os valores foram baixados, mas permanecerão em notas explicativas.

A. da Silva Menezes – ME	0,00
Alfa Casa Comércio de Materiais de Construção S/A	0,00
Eloi Tecnologia LTDA	0,00
Ergon Comércio Varejista e Assistência LTDA	0,00
Estrumetal Estruturas e Coberturas Metálicas LTDA	0,00
FBX Serviços de Segurança LTDA	0,00
Freitas & CIA LTDA	0,00
Helenmaq Comércio e Serviços LTDA – EPP	0,00
Jota de Lima Gonçalves - ME	0,00
Linhares Construções LTDA – EPP	0,00
Maria Eliza Garcia de Freitas de Almeida Produções	0,00
MMC Comércio e Serviços LTDA	0,00
PM Comércio e Serviços LTDA – ME	0,00
Proteção Máxima Vigilância e Segurança LTDA	0,00
Roberto José da Silva – ME	0,00
<b>Restos a Pagar – Processados</b>	<b>0,00</b>
<b>Restos a Pagar – Não processados a Liquidar</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL:</b>	<b>0,00</b>

Neste grupo, as contas permaneceram com valores implantados de exercícios anteriores.



Auto Posto Amazonas	0,00
Einstein Instituição de Ensino Ltda – EPP	0,00
JD Comercio e Importação Ltda	0,00
SESI – Serviço Social da Indústria	0,00
EPIS Industria e Comercio Eirelli –ME	0,00
Flac Clinicas odontológicas Ltda	0,00
Venezia Comercio de Caminhões LTDA	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>0,00</b>

Informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. De acordo com a informação acima citada, a conta de Fornecedores Gerais não se encaixa no conteúdo, portanto, os valores foram baixados, mas permanecerão em **NOTAS EXPLICATIVAS**.

### 2.1.3 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

#### 2.1.3.04 – Encargos Sociais a Pagar

INSS a Recolher	419.892,14
<b>TOTAL:</b>	<b>419.892,14</b>

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do PASSIVO CIRCULANTE – Obrigações Trabalhistas – Encargos Sociais a pagar, em atendimento ao apontamento do Controle Interno no Relatório de Auditoria da Prestação de Contas do Exercício de 2018. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Os saldos das contas de Encargos Sociais a pagar são compostos por saldo de exercícios anteriores, a conta INSS a Recolher com saldo de R\$ 1.558,50 (um mil quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos), a conta Outras Entidades com saldo de R\$ 2.922,12 (dois mil novecentos e vinte e dois reais e doze centavos), a conta IRRF a Recolher com saldo de R\$ 32.208,07 (trinta e dois mil duzentos e oito reais e sete



centavos), a conta IPAM com saldo de R\$ 55.305,56 (cinquenta e cinco mil trezentos e cinco reais e cinquenta e seis centavos), a conta Pensão Alimentícia com saldo de 378,54 (trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), a conta Contribuição Sindical – Empregados com saldo de R\$ 8.926,44 (oito mil novecentos e vinte e seis reais e quarenta e quatro centavos).

Informamos que será verificado junto com o setor responsável e apurado os valores a serem repassados as instituições credoras e aos beneficiários correspondentes e conciliados as contas em exercício seguinte.

A conta INSS a Recolher refere-se à falta de recolhimento do INSS parte empregador referente a rescisões conforme o resumo da folha de pagamento do mês de outubro de 2015.

A conta Outras Entidades refere-se à falta de recolhimento do INSS outras entidades sobre rescisão conforme o demonstrativo do resumo da folha de pagamento do mês de outubro de 2015.

A conta IRRF a Recolher o saldo corresponde a R\$ 841,86 (Oitocentos e quarenta e um reais e oitenta e seis centavos) refere-se a falta de recolhimento em rescisão da ex-funcionária Luana, R\$ 754,95 (setecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) e R\$ 35,94 (trinta e cinco e noventa e quatro centavos) refere-se a IRRF s/ 13º no mês de Agosto de 2015 – Larissa Assunção R\$ 3,43 (três reais e quarenta e três centavos) no mês de Agosto de 2015 – Diego P. Carvalho R\$ 31,14 (trinta e um reais e quatorze centavos) no mês de outubro de 2015 – Juliano Antes R\$ 16,40 (dezesseis reais e quarenta centavos) no mês de Outubro de 2015. O restante refere-se a saldo de exercícios anteriores.

O valor da conta Pensão Alimentícia refere-se a valores efetuados a menor em exercícios anteriores. E o valor da conta IPAM, da Contribuição Sindical trata-se de saldo de exercícios anteriores.

Informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. De acordo com a informação acima citada, a conta de Provisão Trabalhistas não se encaixa no conteúdo, portanto, os valores foram baixados, mas permanecerão em **NOTAS EXPLICATIVAS**.





## 2.1.4 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

### 2.1.4.01 – Impostos e Contribuições Retidos a Recolher

IRRF a Recolher – Pessoa Física	130.070,60
IRRF a Recolher – Pessoa Jurídica	993,37
INSS retido sobre prestação de serviço a recolher	2.276,47
<b>TOTAL:</b>	<b>133.340,44</b>

As contas de retenção PIS valor de R\$ 18,88 (dezoito reais e oitenta e oito centavos), COFINS valor de R\$ 87,09 (oitenta e sete reais e nove centavos), IRPJ valor de R\$ 305,95 (trezentos e cinco reais e noventa e cinco centavos) e CSLL valor de R\$ 29,03 (vinte e nove reais e três centavos) referem-se a saldo remanescente de exercícios anteriores. Informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. De acordo com a informação acima citada, as contas de retenções não se encaixam no conteúdo, portanto, os valores foram baixados, mas permanecerão em **NOTAS EXPLICATIVAS**.

## 2.1.5 – CONTAS A PAGAR

### 2.1.5.02 – Outras Contas a Pagar

Desconto de Ordem Judicial	0,00
Caução a pagar	0,00
<b>TOTAL:</b>	<b>0,00</b>

O saldo da conta Documento Devolvido R\$ 239.069,50 (duzentos e trinta e nove mil e sessenta e nove reais e cinquenta centavos) refere-se a saldo implantado na contabilidade do exercício de 2012. Informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. De acordo com a informação



acima citada, a conta Documento Devolvido não se encaixa no conteúdo, portanto, o valor da mesma foi baixado, mas permanecerá em **NOTAS EXPLICATIVAS**.

## 2.1.6 – PROVISÕES

### 2.1.6.01 – Provisões Trabalhistas

Verbas Rescisórias a Pagar	0,00
FGTS	67.957,24
<b>TOTAL:</b>	<b>67.957,24</b>

Fora efetuada no exercício financeiro de 2019 a Baixa de valores do PASSIVO CIRCULANTE – Obrigações Trabalhistas – Provisões Trabalhistas, em atendimento ao apontamento do Controle Interno no Relatório de Auditoria da Prestação de Contas do Exercício de 2018. Fora aberto processo para regularização das devidas pendências.

Na rubrica verbas rescisórias a pagar refere-se à provisão de pagamento do ex-empregado Magno Cesar no valor de R\$ 1.066,42 (um mil e sessenta e seis reais e quarenta e dois centavos) no qual o mesmo recusou-se a receber as verbas rescisórias e ajuizou ação trabalhista. Informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. De acordo com a informação acima citada, a conta de Provisão Trabalhistas não se encaixa no conteúdo, portanto, os valores foram baixados, mas permanecerão em **NOTAS EXPLICATIVAS**.

## 2.1.7 – PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

### 2.1.7.01 – Parcelamentos de Tributos

O grupo de Parcelamentos de Tributos no Curto Prazo fora implantado no exercício de 2013, conforme os parcelamentos pactuados pela EMDUR. As transferências do Exigível à Longo Prazo foram efetuadas quando dos pagamentos no Curto Prazo conforme determina a legislação, utilizando saldos de contas  *sintéticas*  com saldos implantados do exercício de 2012.



Os saldos provisionados no Curto Prazo ficaram assim demonstrados:

Parcelamento de Contribuições – INSS	0,00
Parcelamento de FGTS	0,00
Parcelamento Previdenciário – 114/2017	36.000,00
Parcelamento PGE/RO – Proc. 132/2018	624.046,33
Parcelamento Ministério da Fazenda – 081/2017	97.200,00
<b>TOTAL:</b>	<b>757.246,33</b>

A conta *Parcelamento de Contribuições – INSS* no valor de R\$ 22.195,46 (vinte e dois mil cento e noventa e cinco reais e quarenta e seis centavos) refere-se ao Parcelamento de Demais Débitos junto a Receita Federal do Brasil no ano de 2017 pelo sistema PERT processo 02.41.00128/2017, o valor total da dívida é de R\$ 421.737,07 (quatrocentos e vinte e um mil setecentos e trinta e sete reais e sete centavos) parcelado em 120 parcelas. O valor da conta fora transferido para a conta INSS do Exigível a Longo Prazo devido o processo estar suspenso, e em tramitação judicial.

A conta *Dívida Ativa – Multa CLT – Código de Recolhimento 3623* no valor de R\$ 6.335,75 (seis mil trezentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos) refere-se a saldo implantado no exercício de 2012. Portanto, informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. De acordo com a informação acima citada, a conta *Dívida Ativa – Multa CLT – Código de Recolhimento 36* não se encaixa no conteúdo, portanto, o valor da mesma foi baixado, mas permanecerá em **NOTAS EXPLICATIVAS**.

A conta *RFB Demais débitos-Parcelamento 1285–11.941/09* no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) refere-se a saldo implantado no exercício de 2012. Portanto, informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. De acordo com a informação acima citada, a conta *RFB Demais débitos-Parcelamento 1285–11.941/09* não se encaixa no conteúdo, portanto, o valor da mesma foi baixado, mas permanecerá em **NOTAS EXPLICATIVAS**.



A conta *PGFN Demais débitos - Parcelamento 1204 – 11.941/09* no valor de R\$ 19.042,83 (dezenove mil e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos) refere-se a saldo implantado no exercício de 2012. Portanto, informamos que um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade. De acordo com a informação acima citada, a conta *PGFN Demais débitos - Parcelamento 1204 – 11.941/09* não se encaixa no conteúdo, portanto, o valor da mesma foi baixado, mas permanecerá em **NOTAS EXPLICATIVAS**.

As contas *Parcelamento Previdenciário – 114/2017*, *Parcelamento PGE/RO – Proc. 132/2018* e *Parcelamento Ministério da Fazenda – 081/2017* estão com saldo referente a transferências de valores do longo prazo para a curto prazo para pagamento no respectivo exercício seguinte.

## 2.2 – NÃO CIRCULANTE

### 2.2.1 – EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

#### 2.2.1.01 – Parcelamentos de Tributos

O grupo de Parcelamentos de Tributos no Longo Prazo fora contabilizado com saldo implantado no exercício de 2012.

Para fins de transferências para o Passivo Circulante foi utilizado como fontes:

- a) Transferências para o PC na conta *Parcelamento de INSS da conta de Provisão para Contingências*, com zeramento no exercício;
- b) Transferência para o PC na conta *Parcelamento de INSS da conta de Débito Parcelado – Contribuições*;
- c) Transferência para o PC na conta *Parcelamento de FGTS para a conta de Parcelamento de FGTS*;
- d) Transferência para o PC na conta *Parcelamento de: Dívida Ativa – Multa CLT, Parcelamento RFB código 1285 e 1204 da conta de Débitos Parcelados – Demais Entidades*.



Foi utilizado como critério de provisão de parcelamentos o uso das provisões efetuadas em exercícios anteriores, sem ajustes, e com utilização até o zeramento da conta no Exigível à Longo Prazo ou o término do parcelamento por quitação.

Fora contabilizado a consolidação de débitos provisionados conforme Processos n.º 02.41.00141/2017 refere-se ao Parcelamento referente à Dívida Ativa - IRPJ fonte junto a PGFN realizado através do parcelamento convencional no ano de 2017, o valor total da dívida consolidada é de R\$ 16.430,04 (dezesesseis mil quatrocentos e trinta reais e quatro centavos) parcelado em 13 parcelas com início em outubro de 2017 e encerrado em outubro de 2018. O processo 02.41.00128/2017 refere-se ao Parcelamento de Demais Débitos junto a Receita Federal do Brasil no ano de 2017 pelo sistema PERT, o valor total da dívida consolidado é de R\$ 421.737,07 (quatrocentos e vinte e um mil setecentos e trinta e sete reais e sete centavos) parcelado em 120 parcelas com início de pagamento em agosto de 2017. O processo 02.41.00114/2017 refere-se ao Parcelamento junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no ano de 2017 pelo sistema PERT, o valor total da dívida consolidado é de R\$ 617.313,31 (seiscentos e dezessete mil trezentos e treze reais e trinta e um centavos) parcelado em 150 parcelas com início de pagamento em agosto de 2017. O restante do valor que não foi consolidado foi lançado em ajustes de exercícios anteriores conforme instrução do Setor de contabilidade da PMPV.

Os valores de saldos no Exigível a Longo Prazo ficaram assim demonstrados:

Débitos Parcelados – INSS	371.773,16
Débitos Parcelados – FGTS	0,00
Débitos Parcelados – Demais Entidades	304.898,95
Débitos Parcelados – PGE/RO	423.279,52
Parcelamento Ministério da Fazenda – 081/2017	134.223,61
<b>TOTAL:</b>	<b>1.234.175,24</b>

Na conta INSS está consolidada o parcelamento do processo 02.41.00128/2017 Parcelamento de Demais Débitos junto a Receita Federal do Brasil. Na conta Demais Entidades está consolidada o parcelamento do processo 02.41.00114/2017 refere-se ao Parcelamento junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Na conta PGE/RO está



consolidada o parcelamento referente a reconhecimento de dívida de Convênio não realizado pela EMDUR Sedes/RO nº 415/PGE/2011 - CDAs. nº 20170200019634 - refere-se a condenação pelo TCE-RO, em ressarcimento ao erário. O devedor dá-se por citado no processo nº 7032860-16.2018.8.22.0001 o valor foi dividido em 60 (sessenta) parcelas de R\$ 48.956,16 número do Processo 02.41.00132/2018. Na conta Ministério da Fazenda – 081/2017 está consolidada o parcelamento do processo 02.41.00081/2017 refere-se a auto de Infração da Receita Federal do Brasil devido ao não recolhimento de GILRAT.

## 2.3 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 2.3.1 – CAPITAL

#### 2.3.1.01 – Capital Social

O Capital Social vêm de saldo implantado da contabilidade de 2012, não havendo alteração no exercício de 2021, ficando demonstrado:

Capital Social Subscrito	8.080.894,02
<b>TOTAL:</b>	<b>8.080.894,02</b>

#### 2.3.3.01 – AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

O saldo apresentado na conta foi decorrente de lançamentos efetuados a débito e crédito como ajustes de falta de provisões e de baixas de bens do ativo imobilizado baseado em levantamento físico.

Ajustes de avaliação patrimonial	2.678.796,00
<b>TOTAL:</b>	<b>2.678.796,00</b>

#### 2.3.1.06 – Prejuízos Acumulados



A conta de Prejuízos acumulados demonstra um déficit das atividades operacionais desenvolvidas pela empresa no montante de R\$ -7.031.315,27 (sete milhões trinta e um mil trezentos e quinze reais e vinte e sete centavos).

Prejuízos Acumulados	7.031.315,27
<b>TOTAL:</b>	<b>7.031.315,27</b>

#### 2.3.1.07 – Ajustes

Ajustes de Exercício Anteriores	9.891.532,74
<b>TOTAL:</b>	<b>9.891.532,74</b>

De acordo com a Lei da S/A (Lei 6.404/1976), o lucro líquido do exercício não deve estar influenciado por efeitos que pertençam a exercícios anteriores, ou seja, deverão transitar pelo balanço de resultados somente os valores que competem ao respectivo período. Como ajustes de exercícios serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores são valores de despesas não provisionadas em época própria e a baixa da conta Depósitos Judiciais, as mesmas continuarão em notas explicativas.

### **3. – ANÁLISE DOS DADOS DO BALANÇO**

Ao se proceder a análise dos dados relativos ao Balanço Patrimonial da EMDUR relativo ao exercício de 2021, conforme posições das contas no início e final do exercício observou-se o seguinte:

3.1. A situação financeira evidencia a seguinte posição nos dois últimos exercícios:



### Índice de Liquidez Corrente

	AC	14.120.266,93		
Exercício de 2020	-----	=	-----	= 13,94
	PC	1.012.805,27		
	AC	13.755.168,60		
Exercício de 2021	-----	=	-----	= 9,98
	PC	1.378.436,15		

No exercício de 2020, a EMDUR contabilizou uma dívida de R\$ 1.012.805,27 (um milhão doze mil oitocentos e cinco reais e vinte e sete centavos), enquanto as informações dos seus direitos contabilizados no Ativo Circulante eram da ordem de R\$ 14.120.266,93 (quatorze milhões cento e vinte mil duzentos e sessenta e seis reais e noventa e três centavos). Demonstrando que, para cada 1(um) real de dívida a EMDUR dispõe de R\$ 13,94 (treze reais e noventa e quatro centavos), ou seja, uma situação financeira favorável para cobertura dos fornecedores e demais compromissos a curto prazo adquiridos no referido ano.

No exercício de 2021, a EMDUR contabilizou uma dívida de R\$ 1.378.436,15 (um milhão trezentos e setenta e oito mil quatrocentos e trinta e seis reais e quinze centavos), enquanto as informações dos seus direitos contabilizados no Ativo Circulante eram da ordem de R\$ 13.755.168,60 (treze milhões setecentos e cinquenta e cinco mil cento e sessenta e oito reais e sessenta centavos). Demonstrando que, para cada 1(um) real de dívida a EMDUR dispõe de R\$ 9,98 (nove reais e noventa e oito centavos), ou seja, uma situação financeira favorável para cobertura dos fornecedores e demais compromissos a curto prazo adquiridos no referido ano.

### Índice de Liquidez Geral

	*AC + ARLP	13.755.168,60		
Exercício de 2021	-----	=	-----	= 5,26
	*PC + PNC	2.612.611,39		





\*Liquidez Geral = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Demonstra-se que, para cada 1(um) real de dívida esta EMDUR dispõe de R\$ 5,26 (cinco reais e vinte e seis centavos), ou seja, uma situação financeira favorável para cobertura dos fornecedores e demais compromissos a longo prazo adquiridos no referido ano.

#### Índice de Liquidez seca

$$\begin{array}{r} \text{*AC - EST.} \quad 13.755.168,60 - 5.183.769,34 \\ \text{Exercício de 2021} \text{ -----} = \text{-----} = 6,22 \\ \text{*PC} \quad 1.378.436,15 \end{array}$$

\*Liquidez Seca = (Ativo Circulante - Estoques) / Passivo Circulante

Demonstra-se que, para cada 1(um) real de dívida esta EMDUR mesmo sem nenhum material em estoque a mesma dispõe de R\$ 6,22 (seis reais e vinte e dois centavos), ou seja, uma situação financeira favorável para cobertura dos fornecedores e demais compromissos a de curto adquiridos no referido ano.

#### Índice de Liquidez imediata

$$\begin{array}{r} \text{*Disponível.} \quad 8.388.649,48 \\ \text{Exercício de 2021} \text{ -----} = \text{-----} = 6,08 \\ \text{*PC} \quad 1.378.436,15 \end{array}$$

\*Liquidez Imediata = Disponível / Passivo Circulante

Demonstra-se que, para cada 1(um) real de dívida se esta EMDUR utilizando apenas os valores em contas de aplicação financeira a mesma dispõe de R\$ 6,08 (seis reais e oito centavos), ou seja, uma situação financeira favorável para cobertura dos fornecedores e demais compromissos a de curto adquiridos no referido ano.

Desta forma, além de refletir os principais resultados econômicos e financeiros obtidos pela EMDUR no exercício em questão, buscou-se direcionar os trabalhos de modo a fornecer um



PREFEITURA DE PORTO VELHO  
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR



instrumento capaz de contribuir para o efetivo acompanhamento e controle social dos atos de gestão pública desta entidade.

Porto Velho – RO, 10 de Fevereiro de 2022.

---

**Claudiane Guerson N. Queiroz**  
Contadora – EMDUR  
CRC – 009157/O-3  
Mat. 211-9

---

**GUSTAVO BELTRAME**  
Diretor Presidente/EMDUR

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

**EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR**  
**BALANÇO FINANCEIRO**

A V . BRASÍLIA, 1576			
SANTA BÁRBARA			
PORTO VELHO - RO			
TEL ( 6 9 ) 3 2 2 4 6380			
EMDURPORTOVELHO.COM.BR			
<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>			
			R\$ 1,00
Período: 01/01/2022 até 31/12/2022			
Unidade Gestora: 0007 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO-EMDUR			
<b>INGRESSOS</b>			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
Ordinária		0	0
Vinculada		0	0
Recursos Destinados à Educação		0	0
Recursos Destinados à Saúde		0	0
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		0	0
Recursos Destinados à Previdência Geral - RGPS		0	0
Recursos Vinculados à Assistência Social		0	0
Outras Destinações de Recursos		0	0
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>47.324.774,74</b>	<b>24.230.023,24</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		47.324.774,74	24.230.023,24
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0	0
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS		0	0
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RGPS		0	0
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social Dos Militares (Spsm)		0	0
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>7.744.514,54</b>	<b>5.811.204,23</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		5.389.575,38	3.501.695,10
Inscrição de Restos a Pagar Processados		3.471,30	390.467,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.351.431,37	1.914.203,42
Outros Recebimentos Extraorçamentários		36,49	4.838,21
<b>Saldo do Período Anterior</b>		<b>8.388.649,48</b>	<b>4.605.759,40</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		8.388.649,48	4.605.759,40
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>63.457.938,76</b>	<b>34.646.986,87</b>
<b>DISPÊNDIOS</b>			

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>35.276.054,82</b>	<b>23.976.120,01</b>
<b>Ordinária</b>		<b>0</b>	<b>2.670.903,77</b>
<b>Vinculada</b>		<b>35.276.054,82</b>	<b>21.305.216,24</b>
Recursos Destinados à Educação		0	0
Recursos Destinados à Saúde		0	0
Recursos Destinados à Previdência Social - RPPS		0	0
Recursos Destinados à Previdência Geral - RGPS		0	0
Recursos Vinculados à Assistência Social		0	0
Outras Destinações de Recursos		35.276.054,82	21.305.216,24
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orcamentaria		0	0
Transferências Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária		0	0
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS		0	0
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RGPS		0	0
Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social Dos Militares (Spsm)		0	0
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>5.477.862,38</b>	<b>2.282.217,38</b>
Despesa Anterior Paga		0	0
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados		2.236.046,27	542.836,80
Pagamento de Restos a Pagar Processados		390.467,50	0
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.584.430,10	1.683.947,37
Outros Pagamentos Extraorçamentários		266.918,51	55.433,21
<b>Saldo do Período Atual</b>		<b>22.704.021,56</b>	<b>8.388.649,48</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		22.704.021,56	8.388.649,48
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>63.457.938,76</b>	<b>34.646.986,87</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS</b>			
1 - Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal -TCERO.			
2 - Segundo a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.			
3 - O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior.			
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS DE ACORDO COM A LEI 4320/64.</b>			
<b>1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>			
Declaração de conformidade			
As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei 4.320/67 que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário. Destarte, insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.			

<b>2 – BALANÇO FINANCEIRO - BF</b>
Apresenta os ingressos e dispêndios orçamentários, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Apresenta-se a seguir, o Balanço Financeiro, segregando os valores desta administração somado aos rendimentos de aplicações financeiras registrados na contabilidade como receita, nas contas contábeis 2693 – Nível: 4.5.1.1.2.02.00.00.00.00. O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro. No entanto, uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público. Da mesma forma, a variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento.
Portanto, a análise deve ser feita conjuntamente com o Balanço Patrimonial, considerando os fatores mencionados e as demais variáveis orçamentárias e extraorçamentária.
A movimentação dos Restos a Pagar está devidamente demonstrada no Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante, bem como com o Anexo ao Balanço Orçamentário – Quadro Demonstrativos dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, e o Balanço Patrimonial – Anexo 14.

***GILSON CLEITON DA COSTA NOGUEIRA***

CRC - 008563/O-8

Contador – EMDUR

***GUSTAVO BELTRAME***

Diretor Presidente -EMDUR

**Publicado por:**  
Fernanda Santos Julio  
**Código Identificador:**C28FCF0E

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 10/03/2023. Edição 3429

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

**EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

AV. BRASÍLIA, 1576				
SANTA BÁRBARA				
PORTO VELHO - RO				
TEL ( 6 9 ) 3 2 2 4 6380				
EMDURPORTOVELHO.COM.BR				
<b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</b>				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
Município: Porto Velho				RS 1,00
Estado de Rondonia				
Período: Exercício de 2022				
Unidade Gestora: 7 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO-EMDUR				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>Previsão Inicial (a)</b>	<b>Previsão Atualizada (b)</b>	<b>Receitas Realizadas (c)</b>	<b>Saldo (d)=(c-b)</b>
<b>Receitas Correntes (I)</b>	-	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>Receitas de Capital (II)</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-

<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	-	-	-	-
Déficit (VI)	-	-	35.276.054,82	-
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	-	-	<b>35.276.054,82</b>	<b>35.276.054,82</b>
<b>Saldos de Exercícios Anteriores</b>	-	<b>1.041.562.830,67</b>	<b>3.466.194,10</b>	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	1.041.562.830,67	3.466.194,10	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>Dotação Inicial (e)</b>	<b>Dotação Atualizada (f)</b>	<b>Despesas Empenhadas (g)</b>	<b>Despesas Liquidadas (h)</b>	<b>Despesas Pagas (i)</b>	<b>Saldo da Dotação (j)=(f-g)</b>
<b>Despesas Correntes (VIII)</b>	<b>26.770.786,00</b>	<b>35.781.171,56</b>	<b>33.499.916,89</b>	<b>28.214.107,19</b>	<b>28.210.635,89</b>	<b>2.281.254,67</b>
Pessoal e Encargos Sociais	12.698.000,00	11.814.751,49	11.264.741,70	11.264.741,70	11.264.741,70	550.009,79
Juros e Encargos da Dívida	50.000,00	20.000,00	17.085,33	17.085,33	17.085,33	2.914,67
Outras Despesas Correntes	14.022.786,00	23.946.420,07	22.218.089,86	16.932.280,16	16.928.808,86	1.728.330,21
<b>Despesas de Capital (IX)</b>	<b>2.850.000,00</b>	<b>10.459.907,49</b>	<b>1.776.137,93</b>	<b>1.672.372,25</b>	<b>1.672.372,25</b>	<b>8.683.769,56</b>
Investimentos	1.550.000,00	9.316.599,81	640.821,17	537.055,49	537.055,49	8.675.778,64
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	1.300.000,00	1.143.307,68	1.135.316,76	1.135.316,76	1.135.316,76	7.990,92
<b>Reserva de Contingência (X)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)</b>	<b>29.620.786,00</b>	<b>46.241.079,05</b>	<b>35.276.054,82</b>	<b>29.886.479,44</b>	<b>29.883.008,14</b>	<b>10.965.024,23</b>
<b>Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)</b>	<b>29.620.786,00</b>	<b>46.241.079,05</b>	<b>35.276.054,82</b>	<b>29.886.479,44</b>	<b>29.883.008,14</b>	<b>10.965.024,23</b>
Superávit (XIV)	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>29.620.786,00</b>	<b>46.241.079,05</b>	<b>35.276.054,82</b>	<b>29.886.479,44</b>	<b>29.883.008,14</b>	<b>10.965.024,23</b>
<b>Reserva do RPPS (XVI)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<b>QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>						
<b>EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>Inscritos</b>		<b>Liquidados (c)</b>	<b>Pagos (d)</b>	<b>Cancelados (e)</b>	<b>Saldo (f) = (a+b- d-e)</b>
	<b>Em Exercícios Anteriores (a)</b>	<b>Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)</b>				
<b>Despesas Correntes (I)</b>	-	<b>2.697.078,00</b>	<b>1.444.416,47</b>	<b>1.444.416,47</b>	<b>1.252.661,53</b>	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	2.697.078,00	1.444.416,47	1.444.416,47	1.252.661,53	-
<b>Despesas de Capital (II)</b>	-	<b>804.617,10</b>	<b>791.629,80</b>	<b>791.629,80</b>	<b>12.987,30</b>	-
Investimentos	-	804.617,10	791.629,80	791.629,80	12.987,30	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-

TOTAL (III) = (I + II)	-	3.501.695,10	2.236.046,27	2.236.046,27	1.265.648,83	-
------------------------	---	--------------	--------------	--------------	--------------	---

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b- c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
<b>Despesas Correntes (I)</b>	-	<b>390.467,50</b>	<b>390.467,50</b>	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	390.467,50	390.467,50	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>Despesas de Capital (II)</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	-	<b>390.467,50</b>	<b>390.467,50</b>	-	-
FONTE: GOVBR - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 14/Fev/2023, 12h e 43m.					
<b>NOTAS EXPLICATIVAS</b>					
1 – Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário.					
2 – Os créditos iniciais da despesa podem ser verificados na coluna Dotação Inicial na linha Despesas Orçamentárias, os créditos suplementares, especiais e extraordinários, podem ser verificados no Anexo TC 18 - Demonstrativo das Alterações Orçamentárias da IN 13/2004 do TCER que acompanha a Prestação de Contas.					
3 - Nos valores das receitas e despesas foram consideradas as receitas e despesas intraorçamentárias.					

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL VINTE E DOIS DE ACORDO COM A LEI 4320/64.**

**1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Declaração de conformidade As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei 4.320/67 que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário. Destarte, insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

**2 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.**

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária. Ressalto que esta EMDUR no exercício de 2012, elaborou suas demonstrações contábeis somente a luz dos preceitos da Lei Federal 6.404/76, não sendo possível, portanto, apurar os dados orçamentários. Os Créditos adicionais abertos no exercício de 2022 totalizaram o montante de R\$ 21.452.068,05 (vinte e um milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil sessenta e oito reais e cinco centavos), sendo R\$ 3.466.194,10 (três milhões quatrocentos e sessenta e seis reais e centos e noventa e quatro reais e dez centavos ) utilizados por superávit financeiro do exercício de 2021, R\$13.154.098,95 (treze milhões cento e cinquenta e quatro mil noventa e oito reais e noventa e cinco centavos ), utilizando-se de superávit financeiro aportado pela Prefeitura municipal de Porto Velho – PMPV através da fonte 2500 por excesso de arrecadação e R\$ 4.831.775,00 (quatro milhões oitocentos e trinta e um mil setecentos e setenta e cinco reais) utilizando anulações de dotações



existentes , conforme demonstrado no TC Anexo 18 e balancete da despesa. Adicionalmente ao Balanço Orçamentário segue o Quadro Demonstrativo dos Restos a Pagar Processados e Não Processados os quais demonstram o devido cancelamento dos Restos a Pagar de Exercícios anteriores na sua totalidade, em obediência aos art 36 e 37 da Lei Federal 4.320/64.

***GILSON CLEITON DA COSTA NOGUEIRA***

CRC - 008563/O-8

Contador – EMDUR

***GUSTAVO BELTRAME***

Diretor Presidente - EMDUR

**Publicado por:**  
Fernanda Santos Julio  
**Código Identificador:2B5B7E6B**

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 10/03/2023. Edição 3429

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

**EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**

AV. BRASÍLIA, 1576  
SANTA BÁRBARA  
PORTO VELHO - RO  
TEL (69) 3224 6380  
EMDURPORTOVELHO.COM.BR

<b>Balanco Patrimonial</b>					
Período: Exercício de 2022					
Unidade Gestora: 0007 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO-EMDUR					
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício 2022</b>	<b>Exercício 2021</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício 2022</b>	<b>Exercício 2021</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>27.965.067,31</b>	<b>13.572.418,82</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.073.747,42</b>	<b>1.378.436,15</b>
			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO.	3.471,30	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22.704.021,56	8.388.649,48	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	103.111,68	487.667,50
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	22.704.021,56	8.388.649,48	PESSOAL A PAGAR	0,00	390.467,50
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL CONSOLIDAÇÃO	22.704.021,56	8.388.649,48	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-CONSOLIDAÇÃO	103.111,68	97.200,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	-	-	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	-	-
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	22.704.021,56	8.388.649,48	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - DÉBITOS PARCELADOS	103.111,68	97.200,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-	-	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	935.065,38	624.046,33
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-	-	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO	935.065,38	624.046,33
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	-	-	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO - INTER OFSS - ESTADO	935.065,38	624.046,33
CONSOLIDAÇÃO	-	-	EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	935.065,38	624.046,33
SUPRIMENTO DE FUNDOS	-	-	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	32.099,06	36.000,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	-	-	OBRIGAÇÕES FISCAIS A		36.000,00

CONSOLIDAÇÃO	-	-	CURTO PRAZO COM A UNIÃO	32.099,06	-
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO	-	-	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - CONSOLIDAÇÃO	32.099,06	36.000,00
ESTOQUES	5.261.045,75	5.183.769,34	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	32.099,06	36.000,00
ALMOXARIFADO	5.261.045,75	5.183.769,34	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO - INTRAFSS	-	-
ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	5.261.045,75	5.183.769,34	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	-	-
MATERIAL DE CONSUMO	5.261.045,75	5.183.769,34	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	0,00	230.722,32
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	13.436,20	1.060,00	VALORES RESTITUÍVEIS	0,00	230.722,32
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	0,00	11.542,38	VALORES RESTITUÍVEIS CONSOLIDAÇÃO	0,00	230.722,32
MATERIAL DE EXPEDIENTE	8.041,50	8.534,30	DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	0,00	230.722,32
MATERIAIS A CLASSIFICAR	22.788,56	26.243,02	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	<b>670.068,02</b>	<b>1.698.414,57</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>10.130.973,84</b>	<b>9.971.939,2</b>	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PR	375.079,00	479.099,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	-	-	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	375.079,00	479.099,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	-	-	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR-CONSOLIDAÇÃO	375.079,00	479.099,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-	-	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DÉBITO	375.079,00	479.099,00
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO PROVENIENTES DE CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS	-	-	PARCELADO CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - DÉBITOS PARCELADOS	26.279,43	130.299,43
IMOBILIZADO	10.130.973,84	9.971.939,20	FGTS - DÉBITO PARCELADO	0,00	0,00
BENS MOVEIS	12.023.635,22	11.550.373,44	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	899.326,55
BENS MOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	12.023.635,22	11.550.373,44	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO	0,00	899.326,55
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	3.217.313,92	3.016.895,04	EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO - INTER OFSS - ESTADO	0,00	899.326,55
BENS DE INFORMÁTICA	1.608.509,98	1.608.509,98	EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM CONTRATOS	0,00	899.326,55
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	523.043,88	483.658,88	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	294.989,02	319.989,02
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	47.862,88	18.061,30	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO	294.989,02	319.989,02
VEÍCULOS	5.567.945,96	5.567.945,96	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO -	294.989,02	319.989,02

			CONSOLIDAÇÃO		
DEMAIS BENS MÓVEIS	1.058.958,60	855.302,28	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	294.989,02	319.989,02
BENS IMÓVEIS	4.565.578,53	3.710.155,02	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO - INTRA OFSS	-	-
BENS IMOVEIS- CONSOLIDAÇÃO	4.565.578,53	3.710.155,02	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	-	-
BENS DE USO ESPECIAL	3.462.329,40	3.462.329,40	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>36.352.225,71</b>	<b>20.467.507,30</b>
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	68.025,62	68.025,62	RESULTADOS ACUMULADOS	36.352.225,71	20.467.507,30
DEMAIS BENS IMÓVEIS	1.035.223,51	179.800,00	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	36.352.225,71	20.467.507,30
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-6.458.239,91	-5.288.589,26	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS CONSOLIDAÇÃO	36.352.225,71	20.467.507,30
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS CONSOLIDAÇÃO	-6.458.239,91	-5.288.589,26	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	15.884.718,41	-1.734.393,95

<b>Balço Patrimonial</b>					
Período: Exercício de 2021					
Unidade Gestora: 0007 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO-EMDUR					
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2022	Exercício 2021	ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2022	Exercício 2021
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	-5.704.007,17	-4.606.213,93	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.467.507,30	22.201.901,25
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS	-754.232,74	-682.375,33	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>38.096.041,15</b>	<b>23.544.358,02</b>	<b>TOTAL</b>	<b>38.096.041,15</b>	<b>23.544.358,02</b>

<b>QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64</b>		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2022	Exercício 2021
<b>ATIVO (I)</b>	<b>38.096.041,15</b>	<b>23.544.358,02</b>
ATIVO FINANCEIRO	22.704.021,56	8.388.649,48
ATIVO PERMANENTE	15.392.019,59	15.155.708,54
<b>PASSIVO (II)</b>	<b>7.133.390,82</b>	<b>6.578.545,82</b>
PASSIVO FINANCEIRO	5.393.046,68	4.256.084,92
PASSIVO PERMANENTE	1.740.344,14	2.322.460,90
<b>SALDO PATRIMONIAL (I - II)</b>	<b>30.962.650,33</b>	<b>16.965.812,20</b>
<b>QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64</b>		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício 2022	Exercício 2021
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>		
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	-	-
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-	-
DIREITOS CONTRATUAIS	-	-
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-

<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>		-	-
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>			
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		-	-
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		-	-
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		-	-
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		-	-
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>		-	-
<b>QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO</b>			
<b>DESTINAÇÃO DE RECURSOS</b>		<b>Exercício 2022</b>	<b>Exercício 2021</b>
1000	Recursos do Tesouro - Recursos Ordinários	0,00	- 1.076.494,97
1010	Recursos do Tesouro - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	0,00	5.209.059,53
1500	Recursos Não Vinculados de Impostos	4.547.610,84	
1751	Recursos da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	12.763.364,84	
Total das Fontes de Recursos:		<b>17.310.974,88</b>	<b>4.132.564,56</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL VINTE E DOIS DE ACORDO COM A LEI 4320/64.**

**1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Declaração de conformidade As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei 4.320/67 que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, parte V - Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público e conforme Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial. Destarte, insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

**2 – BALANÇO PATRIMONIAL - BP**

Evidencia qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação. O Balanço Patrimonial apresenta uma posição estática ao final do exercício financeiro de 2022, está representada de forma resumida neste relatório e analiticamente em anexos explicativos que compõem a prestação de contas da EMDUR. Com base nas informações acostadas no exercício financeiro de 2022, esta EMDUR apresentou um superávit financeiro e de acordo com a Lei 4320/64 art. 43 §2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

**3 – BAIXAS EFETUADA DO BALANÇO PATRIMONIAL**

Baixa de valores do ATIVO REALIZAVEL LONGO PRAZO – ATIVO NÃO CIRCULANTE, por não atender o que preconiza a lei 4320/64 juntamente com o CPC 00 (R2) no que tange a definição de ATIVO. Os Valores a supramencionados são de fornecedores que estão sob a investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia, realizado através da Operação Luminus ocorrida em agosto de 2012. Tais valores ficarão disponíveis em NOTAS EXPLICATIVAS até o termino do processo e as devidas providencias LEGAIS.

Os valores apresentados estão abaixo descritos.

**9.2. - Ativo Não Circulante**

**9.2.1. – Ativo Realizável de Longo Prazo**

**9.2.1.01 – Créditos a Receber por débitos de terceiros em prestação de serviços.**

EMPRESA	Valores em R\$
---------	----------------

Brasil Soluti Projetos e Consultoria LTDA	64.960,00
Imagem Sinalização Viária LTDA	22.285,65
KAWAU Comércio, Serviços e Construções LTDA	316.634,63
L. de Oliveira R. Gomes Neta Materiais de Construção	22.469,20
Moriá Comércio e Serviços LTDA	139.955,36
Noberto & Lopes Construção LTDA	5.796,00
Pagamentos não identificados	540.666,27
Pagamentos sem documentos	2.500,00
Rinara Ribeiro Reis	2.604,90
SJB Construtora, Comércio e Serviços LTDA	2.660.174,58
<b>TOTAL:</b>	<b>3.778.046,59</b>

Os saldos das empresas: Brasil Soluti Projetos e Consultoria LTDA, Imagem Sinalização Viária LTDA, KAWAU Comércio, Serviços e Construções LTDA, L. de Oliveira R. Gomes Neta Materiais de Construção, Moriá Comércio e Serviços LTDA, Noberto & Lopes Construção LTDA, Pagamentos não identificados, Pagamentos sem documentos, Rinara Ribeiro Reis, SJB Construtora, Comércio e Serviços LTDA, Créditos não classificados refere-se a saldos implantados da contabilidade do exercício de 2012, sendo que os valores das contra prestações dos serviços e dos

fornecimentos dos materiais adquiridos estão sob investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia. Valores a receber dos fornecedores que estão sob a investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia, realizado através da **Operação Luminus** ocorrida em agosto de 2012, devido a indícios de fraudes em licitações, não fornecimento dos materiais de iluminação e a não prestação dos serviços contratados, bem como outros delitos pertinentes à administração pública. Os valores estão registrados pelo valor originário.

Iluminação Pública	297.602,47
Créditos não classificados	17.448,77
<b>TOTAL:</b>	<b>315.051,24</b>

Créditos não classificados refere-se a saldos implantados da contabilidade do exercício de 2012, sendo que os valores das contra prestações dos serviços e dos fornecimentos dos materiais adquiridos estão sob investigação do Ministério Público do Estado de Rondônia.

#### **4 – RESTOS A PAGAR**

Os restos a pagar não processados não figuram no passivo circulante enquanto não houver a devida liquidação, porém compõem o passivo financeiro, conforme a Lei 4.320/64, para efeito do cálculo do superávit/déficit financeiro.

#### **5 – SUPERÁVIT FINANCEIRO**

Superávit Financeiro – a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas. Portanto, trata-se de saldo financeiro e não de nova receita a ser registrada. O superávit financeiro pode ser utilizado como fonte para abertura de créditos suplementares e especiais, considerando tal informação insta informar que de acordo o balanço patrimonial desta EMDUR, fora apurado um superávit financeiro na quantia de R\$ 17.305.383,00 (dezessete milhões trezentos e cinco mil e trezentos e oitenta e três reais) de acordo com o quadro demonstrativo abaixo:

Quadro de apuração do Superávit Financeiro			
Conta Bancária	Saldo em Conta	Restos Pagar por Fonte	Superávit Apurado
9710-1 IP - 1751	R\$ 10.601.589,38	R\$ 1.618.431,51	<b>R\$ 8.983.157,87</b>
10103-6 CUSTEIO	R\$ 12.102.432,18	R\$ 3.780.206,97	<b>R\$ 8.322.225,21</b>
<b>VALOR TOTAL SUPERÁVIT</b>			<b>R\$ 17.305.383,00</b>

**GILSON CLEITON DA COSTA NOGUEIRA**  
CRC - 008563/O-8

Contador – EMDUR

***GUSTAVO BELTRAME***

Diretor Presidente - EMDUR

**Publicado por:**  
Fernanda Santos Julio  
**Código Identificador:**E9C81849

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 15/03/2023. Edição 3432

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

**EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

A V . BRASÍLIA, 1576			
SANTA BÁRBARA			
TEL ( 6 9 ) 3 2 2 4 6380			
EMDUR PORTO VELHO.COM.BR			
<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>			
Município: Porto Velho			
Estado: Estado de Rondônia			
Período: Exercício de 2022			
Unidade Gestora: 0007 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO-EMDUR			RS 1,00
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Ingressos</b>		<b>49.676.242,60</b>	<b>26.149.064,87</b>
Transferências recebidas		47.324.774,74	24.230.023,24
Outros ingressos operacionais		2351467,86	1.919.041,63
<b>Desembolsos</b>		<b>32.896.868,47</b>	<b>20.964.148,47</b>
Pessoal e demais despesas		30.028.434,53	19.210.677,89
Juros e encargos da dívida		17.085,33	14.090,00
Transferências concedidas		0,00	0,00
Outros desembolsos operacionais		2.851.348,61	1.739.380,58
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</b>		<b>16.779.374,13</b>	<b>5.184.916,40</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>Desembolsos</b>		<b>1.328.685,29</b>	<b>237.922,95</b>
Aquisição de ativo não circulante		1.328.685,29	237.922,95
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</b>		<b>-1.328.685,29</b>	<b>-237.922,95</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>Desembolsos</b>		<b>1.135.316,76</b>	<b>1.164.103,37</b>
Outros desembolsos de financiamentos		1.135.316,76	1.164.103,37
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)</b>		<b>-1.135.316,76</b>	<b>-1.164.103,37</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)</b>		<b>14.315.372,08</b>	<b>3.782.890,08</b>
Caixa e Equivalente de caixa inicial		8.388.649,48	4.605.759,40
Caixa e Equivalente de caixa final		22.704.021,56	8.388.649,48
<b>QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS</b>			
Município: Porto Velho			
Estado: Estado de Rondônia			
Período: Exercício de 2022			



Unidade Gestora: 0007 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO-EMDUR		RS 1,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Intragovernamentais	47.324.774,74	24.230.023,24
<b>Total das transferências recebidas</b>	<b>47.324.774,74</b>	<b>24.230.023,24</b>
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intragovernamentais	0,00	0,00
<b>Total das transferências concedidas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO</b>		
Município: Porto Velho		
Estado: Estado de Rondonia		
Período: Exercício de 2022		
Unidade Gestora: 0007 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO-EMDUR		RS 1,00
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Administração	547.091,29	555.452,22
Urbanismo	13.093.008,70	18.655.225,67
Encargos Especiais	16.388.334,54	0,00
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>30.028.434,53</b>	<b>19.210.677,89</b>
<b>QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</b>		
Município: Porto Velho		
Estado: Estado de Rondonia		
Período: Exercício de 2022		
Unidade Gestora: 0007 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO-EMDUR		RS 1,00
	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Juros e Encargos da Dívida	17.085,33	1.164.103,37
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>17.085,33</b>	<b>1.164.103,37</b>
<b>Nota Explicativa:</b>		
1 - Demonstrativo elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa e Manual de Orientação da Prestação de Contas do Executivo Municipal -TCERO.		
2 - A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.		
3 - A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior.		

## PREFEITURA DE PORTO VELHO

### EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS DE ACORDO COM A LEI 4320/64.

##### 1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei 4.320/67 que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 08 - Metodologia para Elaboração dos Fluxos de Caixa. Destarte, insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

## **2 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - DFC**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identificará:

- a. as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b. os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- c. o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

A DFC aplicada ao setor público é elaborada pelo método direto e utiliza as contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e despesas, bem como funções e subfunções, assim como outros filtros e contas necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transita pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

***GILSON CLEITON DA COSTA NOGUEIRA***

CRC - 008563/O-8

Contador – EMDUR

***GUSTAVO BELTRAME***

Diretor Presidente - EMDUR

**Publicado por:**  
Fernanda Santos Julio  
**Código Identificador:**A9DEBB05

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 10/03/2023. Edição 3429

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

**EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

AV . BRASÍLIA, 1576 SA NTA BÁRBARA PORTO VELHO - RO  
TE L ( 6 9 ) 3 2 2 4 6380  
EMDUR PORTO VELHO.COM.BR

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Município: Porto Velho  
Estado: Estado de Rondônia  
Período: Exercício de 2022

Unidade Gestora: 0007 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO-		RS 1,00
EMDUR		
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>Exercício 2022</b>	<b>Exercício 2021</b>
Transferências e Delegações Recebidas	47.324.774,74	24.230.023,24
Transferências Intra Governamentais	47.324.774,74	24.230.023,24
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	0,06	-
Desincorporação de Passivos	0,06	-
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>	<b>47.324.774,80</b>	<b>24.230.023,24</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		
Pessoal e Encargos	12.106.013,94	11.426.466,50
Remuneração a Pessoal	8.438.663,15	7.700.846,37
Encargos Patronais	2.663.822,00	2.783.067,91
Benefícios a Pessoal	320.510,00	268.700,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	683.018,79	673.852,22
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	28.605,52	77.793,44
Pensões	28.605,52	26.623,44
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	51.170,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	17.345.019,83	12.269.115,41
Uso de Material de Consumo	7.214.306,87	7.998.737,69
Serviços	8.961.062,31	3.183.289,44
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.169.650,65	1.087.088,28
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	451.261,08	1.115.669,67
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	437.085,33	1.114.090,00
Juros e Encargos de Mora	14.175,75	1.579,67
Tributárias	279.156,02	60.661,43
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	279.156,02	50.595,00
Contribuições	-	10.066,43

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.230.000,00	1.014.710,74
Diversas Variações Patrimoniais diminutivas	1.230.000,00	1.014.710,74
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>	<b>31.440.056,39</b>	<b>25.964.417,19</b>
		-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)</b>	<b>15.884.718,41</b>	<b>1.734.393,95</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS</b>		
<b>(Decorrentes da execução orçamentária)</b>		
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
Incorporação do Ativo	1.328.685,29	237.922,95
Desincorporação do Passivo	1.135.316,76	1.164.103,37
Incorporação do Passivo	-	-
Desincorporação do Ativo	-	-
FONTE: GOVBR - Execução Orçamentária e Contabilidade Pública, 14/Fev/2023, 13h e 55m.		

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS DE ACORDO COM A LEI 4320/64.**

**1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Declaração de conformidade**

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei 4.320/67 que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, complementadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e Instruções de Procedimentos Contábeis - IPC 05 - Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais. Destarte, insta informar que todos os demonstrativos contábeis aqui apresentados se iniciam pressupondo da legitimidade, legalidade e fidedignidade dos saldos anteriores apresentados a esta contabilidade, sendo estes, de responsabilidade unicamente dos contadores ora responsáveis a suas respectivas épocas.

**2 - DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP**

Demonstra as alterações verificadas no patrimônio, qualitativas e quantitativamente, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. Para um melhor entendimento da finalidade desse demonstrativo, pode-se dizer que ele tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício da área empresarial, no que tange a apurar as alterações verificadas no patrimônio. É importante ressaltar que a Demonstração do Resultado do Exercício apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da empresa. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Para se ter uma visão global do seu comportamento, são apresentados, sinteticamente, os fatores que deram causa ao Superávit ou Déficit econômico, que ano apresentado fora demonstrado um Superávit econômico no montante de R\$ 15.884.718,41 (quinze milhões oitocentos e oitenta e quatro mil setecentos e dezoito reais e quarenta e um centavo)

**GILSON CLEITON DA COSTA NOGUEIRA**

CRC - 008563/O-8

Contador – EMDUR

**GUSTAVO BELTRAME**

Diretor Presidente - EMDUR

**Publicado por:**  
Fernanda Santos Julio  
**Código Identificador:**0EAD6C4B

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 15/03/2023. Edição 3432  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**

**EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR**  
**QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ALTERACOES ORCAMENTARIAS EXERCICIO DE 2022**

Quadro Demonstrativo das Alteracoes Orcamentarias Exercicio de 2022												
Anexo TC-18												
Unidade Gestora: EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO-EMDUR												
---- DECRETO --		----- LEIS -----			--- CREDITOS ADICIONAIS ----			----- RECURSOS INDICADOS -----				
Numero	Tipo	Data	Numero e Data	Suplementar	Especial	Extraordinario	Superavit Financeiro	Excesso de Arrecadacao	Anulacao de Dotacao	Operacao de Credito	Sem Origem de Recursos	Outros
17.967	1 Decret	22/03/2022	2.903/2021 DE 01/01/2022, PUBL.24/12/2021	1.339.909,72	0,00	0,00	1.339.909,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18.368	1 Decret	17/08/2022	2.903/2021 DE 01/01/2022,PUBL.24/12/2021	63.793,71	0,00	0,00	0,00	63.793,71	0,00	0,00	0,00	0,00
18.394	1 Decret	26/08/2022	2.903/2021 DE 01/01/2022,PUBL.24/12/2021	8.302.806,10	0,00	0,00	0,00	8.302.806,10	0,00	0,00	0,00	0,00
18.427	1 Decret	08/09/2022	2.903/2021 DE 01/01/2022,PUBL.24/12/2021	54.509,38	0,00	0,00	54.509,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18.428	1 Decret	08/09/2022	2.902 DE 01/01/2022,PUBL.23/12/2021	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00
18.441	1 Decret	14/09/2022	2.903/2021 DE 01/01/2022,PUBL.24/12/2021	4.787.499,14	0,00	0,00	0,00	4.787.499,14	0,00	0,00	0,00	0,00
18.500	1 Decret	06/10/2022	2.903/2021 DE 01/01/2022,PUBL.24/12/2021	2.071.775,00	0,00	0,00	2.071.775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18.509	1 Decret	06/10/2022	2.902 DE 01/01/2022,PUBL.23/12/2021	850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850.000,00	0,00	0,00	0,00
18.510	1 Decret	06/10/2022	2.902 DE 01/01/2022,PUBL.23/12/2021	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
18.530	1 Decret	17/10/2022	2.903/2021 DE 01/01/2022,PUBL.24/12/2021	2.071.775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.071.775,00	0,00	0,00	0,00
18.646	1 Decret	25/11/2022	2.903/2021 DE 01/01/2022,PUBL.24/12/2021	260.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00
18.647	1 Decret	25/11/2022	2.902 DE 01/01/2022,PUBL.23/12/2021	993.307,68	0,00	0,00	0,00	0,00	993.307,68	0,00	0,00	0,00
18.648	1 Decret	25/11/2022	2.902 DE 01/01/2022,PUBL.23/12/2021	256.692,32	0,00	0,00	0,00	0,00	256.692,32	0,00	0,00	0,00
Total Geral .....				21.452.068,05	0,00	0,00	3.466.194,10	13.154.098,95	4.831.775,00	0,00	0,00	0,00
<b>FONTE: GOVBR - Execucão Orcamentaria e Contabilidade Publica, 14/Fev/2023, 20h e 00m.</b>												
Notas Explicativas:												
1 – Os valores demonstrados na coluna “Outros” são referentes a suplementações originadas de anulação de dotações feitas em unida des gestoras diferentes. Quando as suplementações originadas de anulação de dotação são feitas na mesma unidade gestora, ou seja, anula-se o saldo de uma determinada dotação para suplementar outra dotação na mesma unidade, estes valores são demonstrados na coluna “Anulação de Dotação”, porém												

quando existe anulação de dotação em uma determinada unidade para suplementação em outra unidade, os valores são demonstrados na coluna “Outros”. Os valores demonstrados nesta coluna, quando negativos, foram deduzidos de dotações da unidade gestora identificada na coluna “UG”. Quando os valores são positivos foram suplementados na unidade gestora identificada na coluna “UG”.

2 – Na coluna “Outros” também são demonstrados valores de suplementações que não se enquadram nas classificações das demais colunas.

**Publicado por:**  
Fernanda Santos Julio  
**Código Identificador:**98ECE5D0

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 10/03/2023. Edição 3429  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>